



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATO Nº 2/2021**

**CONTRATO N. 02/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0003199-70.2020.6.22.8000**

**LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE (CARTA-CONVITE N. 01/2021)**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, inscrito no CNPJ sob o n. 03.587.444/0001-63, com sede na Rua Padre Paulino, 149, Bairro Conjunto Rui Lino, CEP: 69.919-830, Município Rio Branco, Estado do Acre, Telefone(s): (68) 99973-8596, E-mail(s): athuss\_@hotmail.com , neste ato representada por seu Procurador, senhor **ATHUS PESSOA DE SOUZA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG 1035377-1/SSP-AC e CPF 891.817.782-87, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 477/2021-PRES/DG/GABDG, de 27/04/2021 (evento [0684655](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante no Despacho 575/2021-PRES/DG/GABDG, de 12/05/2021 (evento [0690363](#)), bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA para **EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL** na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, conforme as condições estabelecidas neste instrumento, no Projeto Básico e em seus anexos.

**Subcláusula Primeira** – A partir da assinatura deste contrato, a empresa contratada expressamente com a adequação do projeto que integra o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, os quais não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (redação dada pelo inciso II do art. 13 do Decreto 7983/2013).

**Subcláusula Segunda** – Por meio da assinatura deste instrumento, a CONTRATADA se compromete a observar, entre outros, os seguintes tópicos constantes do Projeto Básico respectivo:

1. 2, II - DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR;
2. 2, IV, A., 2. – DAS NORMAS TÉCNICAS;
3. 2, IV, B. – DAS DEFINIÇÕES;
4. 2, IV, C. – DOS ANEXOS TÉCNICOS;
5. 1., B. – DAS REUNIÕES;
6. 2., II – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

**Subcláusula Terceira** – Para a execução desta contratação, devem ser observados, entre outros, os seguintes anexos do Projeto Básico:

1. ETP - Estudos Técnicos Preliminares ([0681492](#));
2. Relação dos documentos citados no item C, subitem i., do Projeto Básico respectivo, que estão presentes nos Anexos I ao XXX do Projeto



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Básico e que fazem parte do processo de contratação de pessoa jurídica para a elaboração de projeto de escoramento e reforço estrutural, [0003084-49.2020.6.22.8000](#).

**Subcláusula Quarta** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Licitação supramencionado e seus anexos, inclusive no Projeto Básico respectivo (PB), e na proposta da CONTRATADA vencedora do referido certame, assim como em seus anexos e documentações técnicas.

### **DA SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – É expressamente vedada a subcontratação do objeto ora contratado.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, realizada na modalidade convite, do tipo menor preço.

### **DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 57 da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência desta contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da assinatura deste contrato.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – O prazo de execução desta contratação é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços respectiva.

**Subcláusula Segunda** – Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

1. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
3. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**Subcláusula Terceira** – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – O valor total deste contrato é de **R\$ 307.251,52** (trezentos e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cinquenta e dois centavos) para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Primeira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta contratação como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

**Subcláusula Segunda** - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento ordinário da Justiça Eleitoral de Rondônia, na Fonte de Recurso 0100000000 e Natureza da Despesa: 339039, conforme Nota de Empenho n°. 220, de 12/05/2021.

**Subcláusula Terceira** – O cálculo dos custos unitários e do orçamento global de referência para esta contratação foi obtido, majoritariamente, utilizando-se a TABELA DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em fevereiro/2021, sobre o qual foi aplicando Acerca do **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)**, conforme a média definida pelos **Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário e 2.622/2013 - TCU – Plenário** e conforme informado no item 3 do Projeto Básico respectivo.

**Subcláusula Quarta** - Quanto a reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

## **DA GARANTIA CONTRATUAL**

**CLÁUSULA SEXTA** – A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
2. Seguro-garantia;
3. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Primeira** – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

**Subcláusula Segunda** – Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

## **DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Quanto ao pagamento dos serviços objeto deste contrato, deve ser observado o que segue:

1. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
2. Os pagamentos serão realizados nas seguintes condições:
  - o Mensalmente, através de medição apresentada pela CONTRATADA e atestada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, até o limite de 75% do valor total da contratação;
  - o 25% do valor total dos serviços somente após efetivamente executados e Recebidos de forma definitiva o objeto.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. A regularidade fiscal da contratada poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
4. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo contratante para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
5. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:
  1. Certidão de regularidade perante:
    - Fazenda Federal / Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
    - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
    - Justiça do Trabalho;
  2. Cópia digitalizada das folhas do Livro Diário referente ao período, devidamente atestadas pela Fiscalização;
6. A não apresentação da documentação constante do item v. acima, ocasionará a retenção do pagamento da medição, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;
7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
8. O pagamento, se houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.
9. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos **serviços já concluídos**.
10. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.
11. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço.
12. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
13. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais.**

14. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$M = I \times N \times \frac{VP}{VP}$	<p>Onde:</p> <p>EM = Encargos moratórios;</p> <p>N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;</p> <p>VP = Valor da parcela a ser paga.</p> <p>I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:</p> <p><math>I = ((TX)/365)</math> <math>I = ((6/100)/365)</math> <math>I = 0,00016438</math></p> <p>TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
---------------------------------------	---

15. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

16. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

17. Haverá a retenção de 25% do pagamento que somente será liberado após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

18. A compensação financeira prevista no item xv deste tópico será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

19. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20. O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

21. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – No TRE-RO, a gestão deste contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial (SEMAP), ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.

**Subcláusula Primeira** – A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente na Ordem de Serviço ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.

**Subcláusula Segunda** – As competências do Gestor e do Fiscal do contrato estão definidos na Seção V - Da gestão e da fiscalização dos contratos, da INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE-RO Nº 004/2008 de 30/10/2008, ou em outra que a venha suceder.

**Subcláusula Terceira** – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA NONA** – Além de observar e cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a Administração a:

1. Expedir a Ordem de Serviço em até cinco dias úteis após a apresentação da garantia contratual;
2. Reunir-se com a Contratada, para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
3. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
4. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
5. Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
6. Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;
7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;
8. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
9. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
10. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;
11. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis.
12. Ceder à contratada, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;
13. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
15. Receber Provisoriamente e Definitivamente, com observância das regras do PB, os serviços nos prazos pactuados, contados da comunicação escrita da CONTRATADA, o qual só será emitido se não houver qualquer pendência quantitativa;
16. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir;
17. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito;
18. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
19. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado;
20. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública; e
21. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a contratada ao que segue:

- i. A Vistoria no local da execução do presente objeto não será obrigatória, no entanto, caso queiram, as empresas poderão, mediante prévio agendamento (69-3211-2060, [semap@tre-ro.gov.br](mailto:semap@tre-ro.gov.br)), visitar e vistoriar o local, executando todos os levantamentos julgados necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Comunicar recebimento da Ordem de Serviço imediatamente após seu efetivo recebimento;
- iii. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do Edital da Licitação e seus anexos, especialmente:
  - a. Execução do objeto conforme **PROJETO BÁSICO Nº 6/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP e Anexos PSEI [0003199-70.2020.6.22.8000](#)**;
  - b. Execução de acordo com as normas da ABNT, do Decreto-Lei nº 92.100/85 e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de primeira qualidade;
  - c. Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
  - d. Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados.
- iv. Participar da Reunião Inicial, presencial ou por vídeo conferência entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- v. Até a data da assinatura do contrato, designar **preposto**, por meio de carta de preposição caso esse não seja o representante legal da empresa, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
  - a. A designação deverá ser realizada através de Carta de Preposição da CONTRATADA, outorgando amplos poderes de representação ao preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE
- vi. Fornecer todos os materiais para a execução dos serviços, conforme especificação da proposta, e entregá-los devidamente acabado, conforme este Projeto Básico e seus anexos;
- vii. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;
- viii. Cumprir todas e quaisquer outras normas de legislação federal, estadual e municipal, independente de transcrição no Projeto Básico, não podendo eximir-se ou alegar desconhecimento das obrigações estabelecidas em Lei;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ix. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93:
  - a. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).
- x. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;
- xi. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;
- xii. Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, Garantia Contratual nos moldes do capítulo DA GARANTIA CONTRATUAL E OUTROS do Projeto Básico.
- xiii. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução e Matrícula CEI junto ao INSS, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.
- xiv. Comunicar imediatamente ao contratante eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;
- xv. Manter no local pessoal e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pela Fiscalização:
  - a. A Contratada deverá manter, permanentemente, até o final da execução dos serviços os profissionais indicados no certame;
  - b. Quando das vistorias a serem realizadas pela Fiscalização, o responsável técnico deverá estar presente para acompanhamento, quando agendado pelo Fiscal.
- xvi. Fornecer todos os equipamentos necessários, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços;
- xvii. Colocar placas indicativas dos serviços, conforme legislação vigente;
- xviii. Manter Livro Diário de Obra atualizado e à disposição da fiscalização, sob pena de enquadramento do Capítulo 8, ii, d, obedecendo, pelo menos, as seguintes diretrizes:
  - a. Identificação da empresa;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b. Identificação da obra;
- c. Condições climáticas;
- d. Pessoal;
- e. Rotinas de serviços executados;
- f. Outras ocorrências e observações;
- g. Assinatura do ART responsável.
- xix. Realizar a gestão dos resíduos sólidos durante toda a execução e até o final, respeitando as normas de destinação aplicáveis, inclusive municipais, conforme registrado no PB:
  - a. Fornecer ao CONTRANTE a documentação de destinação dos resíduos sólidos.
- xx. Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados;
- xxi. Requerer vistoria antes do RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
- xxii. Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados;
- xxiii. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados e os de eventuais subcontratadas, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;
- xxiv. Responder por quaisquer compromissos assumidos junto a terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- xxv. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- xxvi. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- xxvii. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
- xxviii. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;
- xxix. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxx. Exigir de todos os que estiverem na área de realização dos serviços, independentemente de fazerem parte da equipe da CONTRATADA ou não, o uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- xxxi. Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, no que couber, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo, conforme disposição constante no Art. 618 da Lei 10.406/2002;
- xxxii. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- xxxiii. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
- xxxiv. Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
- xxxv. Apresentar a devida comprovação fiscal/previdenciária e demais declarações das empresas subcontratadas, desde que devidamente autorizadas por este Tribunal, respeitando-se a previsão constante no item Administração e Controle do Memorial Descritivo (Acórdão TCU 1529/2006-Plenário);
- xxxvi. Responsabilizar-se pelo armazenamento e guarda de todo o material a ser utilizado durante a obra;
- xxxvii. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
- xxxviii. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;
- xxxix. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:  
  
*“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”*
- xl. Emitir nota fiscal e apresentá-la ao CONTRATANTE, nos termos e prazos pactuados; e
- xli. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Quanto à execução e recebimento do serviço objeto deste contrato, a empresa contratada deverá observar o que segue:

**1. ANTES DE INICIAR A EXECUÇÃO:**

**CONDIÇÕES GERAIS**

- i. A eventual substituição do responsável técnico regulamente indicados deverá ser comunicada imediatamente e por escrito ao contratante, sendo que:
  - a. Em caso de substituição de qualquer um dos profissionais indicados para atuarem nesta contratação, os substitutos deverão possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas no PB.
- ii. O responsável técnico e o coordenador indicados pela contratada deverão participar de reuniões, **presencialmente ou de forma virtual, através de vídeo chamadas**, sempre que convocadas pelo contratante, previamente agendadas, e sempre que existirem dúvidas que necessariamente devem ser sanadas antes da execução ou, na impossibilidade, imediatamente após a identificação da situação duvidosa, sendo que:
  - a. Com a finalidade de facilitar a troca de informações, especialmente com imagens fotográficas e vídeos, será criado um grupo utilizando o aplicativo whatsapp, do qual integração, no mínimo, o Chefe da SEMAP, o fiscal da contratação, o Responsável Técnico e o Coordenador das atividades, podendo receber outros integrantes, se assim julgado necessário; e
  - b. As reuniões em meio digital (vídeo conferência) devem ser gravadas pela CONTRATADA e disponibilizadas ao CONTRATANTE juntamente com relatório contendo as principais definições.
- iii. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e agronomia fica sujeito à anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme art. 1º da lei nº 6.496/1977.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Comprovação do vínculo profissional do Responsável Técnicos e do Coordenador com a licitante, prevista no art. 30 da lei n. 8.666/1993, poderá ser realizada através:
  - a. Da apresentação de cópia da carteira de trabalho - CTPS - em que conste o licitante como contratante;
  - b. Da apresentação de cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio; e
  - c. Da apresentação de cópia do contrato de trabalho;
- v. A comprovação do vínculo profissional deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias após o recebimento da OS, em conformidade com o Anexo XXXIII do PB - Indicação e aceitação de responsabilidade (evento SEI n. [0679315](#))

### **2. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT):**

- i. A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional indicado pela contratada durante o processo licitatório, emitida por órgão da classe, deverá ser fornecida no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço**.
- ii. Em simetria, o gestor que elaborar ou aprovar projeto básico ou orçamento inconsistente poderá ser responsabilizado, sendo que o mesmo se pode afirmar sobre a aprovação de projetos e de orçamentos sem a assinatura, indicação do seu responsável ou sem a respectiva ART. Cita-se, como exemplo, o sumário do **Acórdão TCU n. 2.546/2008 – Plenário**: *“1. Os responsáveis pela elaboração e aprovação de projeto básico inadequado e sem assinatura ou identificação do responsável técnico devem ser sancionados”*.
- iii. A CONTRATADA se responsabilizará **de forma solidária** pela regularidade dos projetos executados por seus responsáveis técnicos (Art. 70, Lei n. 8666/93).
  - a. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília: TCU, 2014, p. 16: A **Lei n. 5.194/1966** regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*jurídico quando os autores forem profissionais  
habilitados de acordo com essa lei.*

- iv. A ART deverá ser emitida no Conselho Regional deste estado - CREA/RO, de acordo com resolução própria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.
- v. Ainda no referido diploma, a ART define para efeitos legais o(s) responsável(is) técnico(s) pelo serviço de engenharia contratado.
- vi. O Responsável Técnico detentor da ART deverá verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com o projeto, as normas e com o nível de qualidade exigido.
- vii. A contratada e seus profissionais se obrigam a preservar os direitos autorais dos titulares dos projetos recebidos para análise, em cumprimento ao Art. 17 da Lei n. 5.194/66.

### **3. DO PREPOSTO:**

- i. A CONTRATADA poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, podendo o CONTRATANTE recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado. **São atribuições do preposto:**
  - a. Supervisionar os serviços e garantir que os profissionais cumpram os prazos e condições previstos no contrato;
  - b. Consolidar em **relatório único** todas as ocorrências relacionadas a cada uma das etapas, destacando no relato os pontos relevantes, as eventuais inconformidades identificadas e a interrelação entre eles;
  - c. Comunicar ao coordenador e aos responsáveis técnicos o agendamento de reuniões com o CONTRATANTE, zelando pelo comparecimento daqueles que devam dela participar.
  - d. Para garantir a perfeita comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o preposto deverá enviar relatório ou boletim semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:
    - 1. Condições de trabalho;
    - 2. Casos fortuitos e de força maior;
    - 3. Cumprimento de prazos;
    - 4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.

### **4. DA EXECUÇÃO:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **A. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- i. O prazo de execução da obra será contado a partir do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA.
- ii. São condições:
  - a. Para emissão da Ordem de Serviços, a apresentação da Garantia Contratual conforme item 10.A. do Projeto Básico;
  - b. Para início das atividades no local de execução, em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da Ordem de Serviço, a apresentação dos seguintes documentos:
    1. ART, devidamente registrada, de execução dos responsáveis técnicos pela obra, com o devido registro na entidade de classe do profissional, conforme previsão do Projeto Básico;
    2. Comprovante de Cadastro Específico do INSS - CEI.
- iii. Previamente ao início da execução dos serviços, a CONTRATADA, representada pelo seu Preposto, o pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião, presencial ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções.
- iv. Após a assinatura e apresentação da garantia contratual será expedida a Ordem de Serviço, conforme modelo do ANEXO XXXVI (evento sei n. [0679321](#)).
- v. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações definidas no Projeto executivo, Planilha Orçamentária e demais anexos, cabendo à contratada total responsabilidade pela perfeita execução e funcionamento dos mesmos, sem qualquer ônus adicional à Contratante.
- vi. A contratada deverá verificar todos os elementos, quantitativos e qualitativos, projetos, anexos e planilha orçamentária, como também as informações *in loco*, antes do início dos serviços, e qualquer divergência encontrada comunicar à contratante, sob pena de não poder questioná-las posteriormente.
- vii. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. Às normas e especificações constantes no Projeto Básico e nos Projetos anexos, além, das demais anexos do edital do certame e do futuro instrumento contratual;
- ii. Às normas da ABNT;
- c. Às disposições legais da União, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho; e
- d. Aos regulamentos dos conselhos de classes profissionais;
- viii. A contratada deverá seguir rigorosamente os prazos assinalados pela ordem de serviço.
  - ix. É de responsabilidade da contratada a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto do Projeto Básico.
  - x. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego.
  - xi. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.
  - xii. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS), conforme o modelo do ANEXO XXXVI do PB (evento sei n. [0679321](#)) e, apresentação pela contratada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
  - xiii. A não apresentação injustificada da Anotação de Responsabilidade Técnica poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.
  - xiv. Em casos de impossibilidade de emissão da ART, justificadamente, ouvido o Gestor do Contrato, a Autoridade competente poderá dilatar o prazo anterior.
  - xv. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por um ou mais



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- profissional(is) designado(s) pelo contratante para a fiscalização.
- xvi. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Ainda quanto ao recebimento dos serviços, devem ser observadas as seguintes condições:

- i. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo emitido pelo Fiscal do Serviço e Gestor da demanda.
- ii. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:
  - a. **PROVISÓRIAMENTE:**
    - i. A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, por escrito e dentro do prazo de no mínimo 5 (cinco) dias antes do término do prazo de execução, que todos os serviços e fornecimentos objeto desta contratação foram concluídos, além dos seguintes documentos:
      1. Documentação “*as built*”, incluindo atualização dos desenhos do projeto executivo, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos, marca/modelo e "manuais de uso" das instalações e equipamentos;
    - ii. A FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da CONTRATADA conforme item i. acima, desde que constatada através de vistoria, a condição de conclusão quantitativa satisfatória e imprescindível para o uso e funcionamento do objeto;
    - iii. Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, não será reconhecido efeito da comunicação ao CONTRATANTE, o que implicará na **não emissão do Termo de Recebimento Provisório** e na caracterização



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- de atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual;
- iv. Se porventura, durante a vistoria para o recebimento provisório, a FISCALIZAÇÃO constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se prazo compatível, de até 10 (dez) dias da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, para a CONTRATADA, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.
  - v. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado no Termo de Recebimento Provisório, por escrito, comunicado à FISCALIZAÇÃO solicitando a realização de nova vistoria;
  - vi. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a FISCALIZAÇÃO emitirá comunicado interno no prazo de 05 (cinco) dias, para que sejam tomadas as providências com vistas ao recebimento definitivo;
  - vii. Se porventura, durante a nova vistoria, verificar que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.
- b. **DEFINITIVAMENTE:**
- i. O CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada.
  - ii. Havendo, no prazo previsto no subitem i. acima, o surgimento de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias contados da comunicação à CONTRATADA, para que esta, às suas expensas, efetue as correções necessárias.
  - iii. Sanadas as pendências, em até 10(dez) dias após comunicação da CONTRATADA à CONTRATANTE, deverá ser efetuada vistoria final e verificadas as perfeitas adequações do serviço aos termos do presente Projeto Básico, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas;

### **DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quanto à garantia dos equipamentos e serviços a contratada deverá:

1. Garantir as instalações e os materiais por ela fornecidos, **pelo prazo mínimo de 12 meses**, durante o qual substituirá os materiais ou as instalações defeituosas, ressaltando-se os casos decorrentes da má conservação ou o uso inadequado das instalações e aparelhos.
2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto por prazo mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da aceitação definitiva, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
3. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o contratante.
4. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.
5. A garantia aqui tratada não afasta a prevista no Art. 618 do Código Civil ([LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](#)) que versa:

*Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.*



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Quanto às sanções administrativas, deverá ser observado o que segue:

- i. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
  - a. Atraso injustificado no **cumprimento do cronograma de execução da obra: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da OBRA, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
  - b. Atraso injustificado no **cumprimento do cronograma de execução da obra por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso**, aplicada sobre o valor global da OBRA, **podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste tópico e, ainda, a rescisão do contrato.
  - c. Atraso injustificado na **entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,25% (vinte cinco décimos) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da obra, limitado a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) desse valor, podendo gerar a rescisão do contrato.
  - d. Atraso injustificado na **apresentação ou atualização do Livro Diário de Obra: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,1% (um décimo) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da obra, limitado a 1% (um por cento) desse valor.
  - e. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
    1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
    2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- ii. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:
  - a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
  - b. Multa de até 20% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
  - c. Multa de até 30% (quarenta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
  - d. Multa de até 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor adjudicado pelo não fornecimento de todos os equipamentos necessários, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços, item XVI das obrigações da Contratada;
  - e. Multa de até 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor adjudicado por não sinalizar os ambientes de serviços com placas indicativas, conforme legislação vigente e item XVII das obrigações da Contratada.
  - f. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
  - g. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
- iii. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste tópico.
- iv. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.
- v. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).
- vi. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- vii. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- viii. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- ix. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004->



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2008. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma;
- x. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO);
  - xi. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02);
  - xii. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN;
  - xiii. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2;
  - xiv. As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital;
  - xv. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas;
  - xvi. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

### **Subcláusula Primeira** - A rescisão contratual poderá ser:

- I.** Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;
- II.** Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e
- III.** Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65, da Lei 8.666/93)**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados, observado que:

5. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da Carta-Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quinta** – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sexta** – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

1. O percentual de desconto e do BDI **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência do contrato.
2. Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.
3. Na eventualidade de prorrogações - por fatos decorrentes da ação ou omissão da própria Administração contratante ou de terceiros, para os quais a contratada não tenha contribuído de qualquer forma - que conduzam a execução dos serviços para um período superior a 12 (doze) - em conformidade com os Acórdãos n. 1238/2016 e 1381/2018, ambos do Plenário do TCU - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade da federativa do Estado de Rondônia, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, observadas as seguintes regras:
  - O reajuste **não** incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração (reajuste).
  - Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos.
  - Nos casos em que o reajuste for percebido, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e valores a serem reajustados.

**Subcláusula Sétima** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Esta contratação fundamenta-se no artigo art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93, e à execução do presente contrato e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Licitação supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 no Decreto Federal 9507/2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, na Resolução TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula única** – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLAÚSULA DÉCIMA NONA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 12 de maio de 2021.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>ATHUS PESSOA DE SOUZA</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 12/05/2021, às 17:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ATHUS PESSOA DE SOUZA, Usuário Externo**, em 13/05/2021, às 17:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 13/05/2021, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 14/05/2021, às 07:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0690666** e o código CRC **C1FCBE5A**.

0003199-70.2020.6.22.8000

## **PROJETO BÁSICO Nº 6/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP**

### **1. INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX, 7º e 23, I, a, ambos da Lei n. 8.666/93 e art. 10 da Instrução normativa TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente **PROJETO BÁSICO**, cujo objeto é contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA para **EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL** na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, conforme as condições estabelecidas neste Projeto Básico

Este Projeto Básico observa ainda, **NO QUE APLICÁVEL**, as regras e diretrizes para contratação de bens e serviços no âmbito da Justiça Eleitoral estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral através da **Resolução TSE nº 23.234/2010**, utilizando-se **SUBSIDIARIAMENTE**, também **NO QUE APLICÁVEL**, a **Instrução Normativa SG/MPDG nº 5/2017** - e suas alterações posteriores - naquilo que não contraria o disposto na referida Resolução do TSE e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU.

### **2. DO OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS**

#### **1.DO OBJETO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a. Contratação de empresas especializadas de engenharia para **EXECUÇÃO DE OBRA DE ESCORAMENTO REFORÇO ESTRUTURAL** de Pilares do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO, localizado no município de Porto Velho-RO;

### **II.DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- a. Trata-se de OBRA de engenharia com o objetivo de executar a RECUPERAÇÃO de elementos estruturais, através de um conjunto de serviços, as características anteriores da parte norte do prédio SEDE do TRE-RO, conforme os Projetos Anexos a este certame, a ser contratado mediante licitação, na modalidade convite.

1. Os serviços objeto da presente contratação tem as seguintes características:

i.**Não** são classificados como serviços comuns de engenharia;

ii.**Não** serão prestados de forma contínua;

iii.**Não** possuem regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

- b. A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

- c. O presente processo licitatório tem por objetivo a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para **EXECUÇÃO DA OBRA DE ESCORAMENTO E REFORÇO ESTRUTURAL**, conforme condições, quantidades, prazos e exigências estabelecidas neste instrumento no Capítulo 2, IV, C, i.

- d. Por não se tratar de serviço comum de engenharia e em função do valor estimado da contratação, o processo licitatório poderá ser pela modalidade CONVITE, **DO TIPO MENOR PREÇO**.

### **III.DA**

### **JUSTIFICATIVA**

### **DA CONTRATAÇÃO**

- a. O TRE-RO identificou por meio do Relatório de Vistoria Técnica de Patologia Predial, evento [0494124](#), a existência de danos em peças estruturais que poderiam comprometer a segurança material e pessoal de parte da área do prédio do edifício sede, na parte correspondente ao Auditorio, Diretoria



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Geral e Corregedoria, tendo como consequência a contratação de pessoa jurídica para realizar perícia técnica a fim de avaliar o nível de comprometimento da edificação e seu reflexos nas demais áreas.

b. Em função do Relatório de Vistoria deu-se a contratação da empresa Projecon - Projetos e Construções Ltda para a análise estrutural e perícia da situação apontada no Relatório e ao final expor posicionamento quanto a segurança e comprometimento da edificação, sendo assim a referida empresa emitiu posicionamento na qual afirma que a estrutura não atende aos critérios normativos de segurança e estados limites últimos e de serviço, que a estrutura apresenta mau desempenho aos esforços horizontais e que as anomalias nos pilares PL-12 e PL-24 **apresentam grandes indícios de processo colapso progressivo e ruína de parcela da edificação, podendo ocorrer imediatamente.**

c. Tal situação está evidenciada no processo SEI 0000083-56.2020.6.22.8000 e processo nº 0000221-23.2020.6.22.8000, respectivamente nos eventos [0494124](#) e [0567682](#).

d. Em um processo contínuo, a SEMAP, imediatamente iniciou os procedimentos de isolamento a região e o remanejamento dos setores que se encontram na área de risco para outros espaços, redimensionando toda as equipes de trabalho do Tribunal, bem como a retirada de todo o mobiliária da região apontada pelo relatório contido no Laudo Técnico Estrutural, de forma a estabilização estrutural, mantendo-se dentro do possível, somente o peso próprio da edificação.

e. Tal situação causou enorme transtorno em toda a administração do Tribunal, somando-se a pandemia do COVID 19, onde o distanciamento é fundamental para evitar sua propagação do vírus, portanto esse remanejamento de setores que estavam no lado Norte para as demais regiões, situados no lado Sul, causou um ajuste de espaço entre servidores de tamanha dificuldade, complicando mais ainda o desenvolvimento das atividades do TRE-RO, temos, ainda que levar em consideração que o processo eleitoral se avizinha, o que causará mais transtornos as atividades do deste poder judiciário eleitoral.

f. Visando solucionar o problema, se faz necessário as seguintes providência: Instalação imediata de escoramento para sustentação das peças estruturais que sofrerão intervenção (vigas, lajes e pilares), ou seja, diretamente na região comprometida; contratação de pessoa jurídica para elaboração de projeto executivo do reforço estrutural da região



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

afetada em conformidade com as orientações contidas no Laudo Técnico Estrutural, evento [0567684](#) e, posteriormente, a contratação de empresa especializada em execução de reforço estrutural em conformidade com o projeto executivo.

g. Em função do exposto no Laudo Técnico, temos caracterizado o risco de danos pessoais e prejuízos materiais, no caso de permanência nos locais afetados e ao patrimônio público, no caso de não realização de medidas emergenciais quanto a proteção e reforço estrutural da edificação.

h. Outrossim, resta o possível dano futuro ao bem imóvel, ou seja, dano à benfeitoria, caso não se tome providências quanto ao seu reforço estrutural, pois a mera instalação de escoramento não afasta a progressão nociva dos efeitos apontados no relatório, pois tal escoramento tem a função de estabilizar a estrutura em seu estágio crítico, mas não de solucionar definitivamente tal gravidade; portanto para solucionar tal situação cabe, primeiramente, a elaboração de projeto executivo de reforço estrutural em conformidade com as situações apontadas no Laudo Técnico Estrutural e, posteriormente, a contratação de empresa especializada para executar os serviços; desta forma afastar o risco de desabamento de forma definitiva, protegendo o bem público.

i. A Diretoria Geral despachou no sentido de que sejam tomadas as providências necessárias à solução da demanda, conforme Despacho 152 ([0500933](#)); a SEMAP então realizou a contratação da elaboração dos projetos necessários, conforme PSEI [0003084-49.2020.6.22.8000](#) e, concluída a elaboração dos projetos, faz-se então necessária contratação da execução do escoramento, reforço estrutural e recuperação das áreas que forem objeto de intervenção para posteriores providências.

## **IV.DAS LEIS, NORMAS, DEFINIÇÕES e ANEXOS PLANTAS**

### **A. DAS REGRAS GERAIS E ESPECÍFICAS**

#### **1. DA LEGISLAÇÃO APLICADA**

i. **Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993** (Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências);

ii. **Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008**: apresenta regras complementares à Lei





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 8.666/1993 - no âmbito do TRE-RO;

iii.**Resolução Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário;

iv.**Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais;

v.A indicação da legislação acima não exclui outras que se relacionem com o presente Projeto Básico.

## **2. DAS NORMAS TÉCNICAS**

i.ABNT NBR 6118/2014 – Projeto de estruturas de concreto – Procedimentos;

ii.ABNT NBR 6120/2019 – Cargos para o cálculo de estruturas de edificações;

iii.ABNT NBR 6123/2019 – Forças devidas ao vento em edificações;

iv.ABNT NB-1/1978 – Projeto de estrutura de concreto;

v.ABNT NBR 9062/2017 – Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;

vi.ABNT NBR 5739:2007 - Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos;

vii.ABNT NBR 7211:2005 - Agregados para concreto – Especificação;

viii.ABNT NBR 15577:2009 - Agregados - Reatividade álcali-agregado;

ix.ABNT NBR 12655:2015 - Concreto de cimento Portland - Preparo, controle, recebimento e aceitação – Procedimento;

x.ABNT NBR 5732:1991 - Cimento Portland comum – Especificação;

xi.ABNT NBR 5735:1991 - Cimento Portland de alto-forno – Especificação;

xii.ABNT NBR 5736:1999 - Cimento Portland pozolânico – Especificação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xiii.ABNT NBR 11578:1997 - Cimento Portland composto – Especificação;
- xiv. ABNT NBR 7212:2012 - Execução de concreto dosado em central — Procedimento;
- xv.ABNT NBR 15900:2009 - Água para amassamento do concreto;
- xvi.ABNT NBR 15823:2010 - Concreto auto adensável (Partes 1 a 6);
- xvii.ABNT NBR 7584/2012 – Dureza do concreto pelo esclerômetro de reflexão;
- xviii.ABNT NBR 8802/2019 – Concreto endurecido – Determinação da velocidade de propagação de onda ultrassônica;
- xix.ABNT NBR 8681/2003 – Ações e segurança nas estruturas – Procedimentos;
- xx.ABNT NBR 6484/2001 – Solo – Sondagens de Simples Reconhecimento com SPT – Método de Ensaio
- xxi.ABNT NBR 6122/2010 – Projeto e Execução de Fundações;
- xxii.ABNT NBR 12654/1992 – Controle tecnológico de materiais componentes do concreto – Procedimentos;
- xxiii.ABNT NBR 14931/2004 - Projeto de Estruturas de Concreto Armado;
- xxiv.ABNT NBR 7480:2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – Especificação;
- xxv.ABNT NBR ISO 7438:2016 - Materiais metálicos — Ensaio de dobramento;
- xxvi.ABNT NBR ISO 6892-2:2013 - Materiais metálicos — Ensaio de tração;
- xxvii.NBR 7190 – 08/1997 - Cálculo e Execução de Estruturas de Madeira;
- xxviii.NBR 7197 - Cálculo e Execução de Obras em Concreto Protendido;
- xxix.NBR 8681 – 03/2003 - Ações e segurança nas estruturas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xxx.NBR14859 – 05/2002 - Lajes pré-fabricadas unidirecionais e bidirecionais;
- xxxi.ABNT NBR 13528:2010 - Revestimento de paredes e tetos de argamassas inorgânicas - Determinação da resistência de aderência à tração;
- xxxii.NBR10067 – Princípios Gerais de Representação em Desenho Técnico;
- xxxiii.NBR 8036 – Programação de Sondagens de simples reconhecimento dos solos para fundações de edifícios;
- xxxiv.Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais, municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
- xxxv.Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA;
- xxxvi.NBR14931 – “Execução de Estruturas de Concreto - Procedimento”;
- xxxvii.NBR7840 – “Aço Destinado a Armaduras Para Estruturas de Concreto Armado - Especificações”;
- xxxviii.NM77 – “Concreto – Preparação das Bases dos Corpos-de-prova e Testemunhos Cilíndricos para Ensaio de Compressão”;
- xxxix.NBR9607 – “Prova de Carga em Estruturas de Concreto Armado e Protendido”;
- xl.NM69 – “Concreto – Extração, Preparação e Ensaio de Testemunhos de Estruturas de Concreto”;
- xli.A indicação das normas acima não exclui outras que se relacionem com o presente Projeto Básico.

### **B. DEFINIÇÕES**

- i.**Projeto Básico ou PB:** Este documento - contém os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.
- ii.**Estudos Preliminares:** Estudo das opções para determinar formas de execução do projeto, tendo como



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

principal objetivo definir as orientações para elaboração do Anteprojeto.

iii. **Anteprojeto:** Esboço ou conjunto dos estudos preliminares que irão constituir, depois das necessárias alterações, as diretrizes básicas do projeto definitivo de uma obra.

iv. **Projeto Básico de Engenharia:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a. Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;

b. soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;

c. identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d. informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e. subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

f. orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

v. **Projeto Executivo:** Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; o projeto executivo de estruturas deverá conter todas as informações necessárias para o perfeito entendimento do projeto e a execução da obra;

vi. **Construtora:** Empresa responsável pela execução dos serviços de escoramento, reforço e/ou recuperação estrutural do prédio sede TRE-RO, bem como serviços complementares originários da interferência para a execução do reforço.

### **B. ANEXOS TÉCNICOS**

i. São anexos técnicos integrantes e inseparáveis deste Projeto Básico:

- Proj. Arquit. de Locação das Paredes ([0674651](#));
- Proj. Arquit. de Vistas das Paredes 1 a 4 ([0674654](#));
- Proj. Arquit. de Vistas das Paredes 5 a 8 ([0674659](#));
- Proj. Arquit. de locação 01 ([0674665](#));
- Proj. Arquit. de locação 02 ([0674665](#));
- Proj. Arquit. de locação 03 ([0674665](#));
- Proj. Arquit. de Fachadas e Isométricas ([0674666](#));
- Proj. de Reforço – Forma Pavimento ([0674670](#));
- Proj. de Reforço dos Pilares P24 e P36 ([0674674](#));
- Proj. de Reforço dos Pilares P12 e P48 ([0674675](#));
- Proj. de Reforço das vigas ([0674680](#));
- Proj. de Escoramento do Reforço Estrutural ([0674681](#));
- Proj. de Recuperação de Revestimento ([0674686](#));
- Proj. de Recuperação de Peça de Concreto ([0674688](#));
- Planilha Orçamentária Sintética do Reforço Estrutural ([0681345](#));



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Cronograma do Reforço Estrutural ([0681423](#));
- Memória de Cálculo ([0681444](#));
- Curva ABC ([0681435](#));
- ART ([0674700](#));
- Caderno de Encargos ([0674703](#));
- Índices de Produtividade de Composições próprias ([0674708](#));
- Planilha de Composições Unitárias ([0681347](#));
- Planilha de Composição de BDI ([0681450](#));
- Termo de Solução Técnica da Patologia Estrutural ([0674716](#)).
- Projeto de Intervenção nos ar condicionado ([0678359](#))
- Projeto de Intervenção Elétrica ([0678361](#))
- Projeto de Intervenção Hidráulica ([0678364](#))
- Projeto de Intervenção Sanitária ([0678367](#))
- Planilha Sintética (Mão de Obra - Materiais) ([0681480](#))

### **1. DETALHAMENTO DO OBJETO**

#### **A. DA EXECUÇÃO DO PROJETO**

1. A obra deverá ser executada de acordo com a documentação contida no rol de Anexos Técnicos, item C, sub item i, integrantes deste PB;
2. Além dos documentos relacionados no Anexo Técnico e rol de Normas Técnicas, farão parte deste processos todas as orientações estabelecidas pelas Normas Brasileiras que tratam do assunto.

#### **B. DAS REUNIÕES:**

1. As reuniões serão presencias ou por meio de videoconferência.

##### **1. Reuniões Presenciais:**

i. Obrigatoriamente, a CONTRATADA deverá participar de uma reunião inicial.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presencial, para alinhar aspectos administrativos e a dinâmica da execução dos serviços;

- a. A reunião inicial será realizada em até 03 (três) dias corridos da data da emissão das Ordens de Serviço;

### **2. Reuniões por meio de videoconferência:**

- i. Sempre que necessário, CONTRATANTE ou CONTRATADA poderão convocar reuniões suplementares, sempre por meio de videoconferência.
- ii. As videoconferências serão operacionalizadas, preferencialmente, pelo ambiente **HANGOUT** do **GOOGLE**, devendo a contratada viabilizar o seu acesso à referida ferramenta.
- iii. Na situação de eventuais impedimentos técnicos para a realização das videoconferências no ambiente indicado, poderão - desde que acordado previamente pelas partes - ser utilizadas outras ferramentas de tecnologia que garantam a qualidade dos eventos.

### **3. Regras gerais sobre as reuniões:**

- i. Nas reuniões é obrigatória a presença dos Responsáveis Técnicos dos serviços de execução dos projetos;
- ii. Todas as reuniões serão agendadas e acordadas previamente entre as partes;
- iii. Todas as reuniões serão registradas em ata, minutada pela CONTRATADA responsável pela execução dos projetos, da qual constará, além de outros elementos, o nome de seus participantes, os encaminhamentos e deliberações sobre os temas discutidos. A ATA será enviada ao CONTRATANTE e anexada ao processo administrativo relativo à gestão da contratação e assinado por todos os representantes das partes;
- iv. Tratando-se de reunião por meio de videoconferência o evento será gravado pelas CONTRATADAS e enviados ao CONTRATANTE em meio digital;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. Todas as reuniões serão secretariadas por um agente da CONTRATADA, responsável pelo envio da ata aos interessados;
- vi. Quando da apresentação dos relatórios a CONTRATADA deverá fazer referência às deliberações tomadas entre as partes nas reuniões realizadas, indicando as respectivas atas ou as datas das videoconferências.
- vii. Os relatórios produzidos pelo CONTRATANTE constituem uma obrigação independente e não serão considerados, sob qualquer justificativa, como reunião entre as partes.

## **2. DA CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

### **I. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- a. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Projeto Básico detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.
- b. Embora não esteja previsto expressamente no PEI 2015/2020 por certo está alinhado, de forma genérica, com o indicador estratégico de **APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA** na medida que busca a correta adequação da infraestrutura deste Tribunal, evitando dispêndio de recursos públicos com reposição ou intervenções super-onerosas, além do desperdício de materiais que, possivelmente, possam ser aproveitados.
- c. Além disso, o objeto deste Projeto Básico está ajustado com o orçamento disponível para o exercício de 2021 e vem ao encontro dos **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS** estabelecidos no **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2021 - MACRODESAFIOS** deste órgão, a saber:

- 1. Garantir a legitimidade do processo eleitoral;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

d. Adotar-se-á como valores:

1. **Ética:** Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;
2. **Transparência:** Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;
3. **Acessibilidade:** Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;
4. **Celeridade:** Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;
5. **Responsabilidade** social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;
6. **Inovação:** Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;
7. **Eficácia:** Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;
8. **Comprometimento:** Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;
9. **Qualidade de vida do servidor:** Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

## **II.DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

a. Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 201 de 03/03/2015:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016:** Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

b. De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c. Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6ª da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

*I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;*

*[...]*

*IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;*

*[...]*

*VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;*

d. Além disso, há ainda a preocupação com descarte ou reutilização dos resíduos sólidos - conforme disposto na Lei n. 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O art. 35 desse normativo, estabelece, em síntese, que essa obrigação será exigível quando o município estabelecer um sistema de coleta seletiva pelo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, situação em que se enquadra o Município de **Porto Velho**, que, por meio da Portaria Conjunta SEMA/SEMUSB nº, 30 de 17/05/2016, publicada no Diário Oficial do Município de Porto Velho, de 17/05/2016, estabeleceu diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, no âmbito de sua circunscrição

e. Dessa forma, será exigido da futura CONTRATADA que os resíduos sólidos provenientes da execução dos serviços, sejam tratados em atendimento à legislação municipal para gestão dos resíduos sólidos existente no Município de Porto Velho.

f. Ademais, sempre que possível, a contratada deverá fornecer documentos desta contratação em meio digital à unidade gestora.

## **2. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i.O valor da contratação é de **R\$ 325.200,11 (trezentos e vinte e cinco mil e duzentos reais e onze centavos)**, conforme planilha orçamentária constante na Planilha Orçamentária Sintética do Reforço Estrutural ([0681345](#)).
- ii.O valor constante na Planilha Orçamentária Sintética do Reforço Estrutural ([0681345](#)) foi obtido através da composição de custos completa, incluindo mão de obra e fornecimento de materiais, para a execução da OBRA de Escoramento e Reforço Estrutural, conforme PSEI [0003084-49.2020.6.22.8000](#), de forma a buscar a condição mais vantajosa para a administração pública, sendo analisado pela fiscalização os custos DESONERADOS e NÃO DESONERADOS, que ao final concluiu que o custo mais vantajoso para a administração pública é por meio do uso da tabela SINAPI - DESONERADA, pois há indicativo de que o custo final da obra de reforço estrutural é mais econômica com a utilização da referida tabela, tal análise encontra-se consubstanciada na NFORMAÇÃO Nº 49/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0681095](#)).
- iii.Referidos valores foram obtidos do detalhamento orçamentário elaborado pela empresa **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, CNPJ 07.211.932/0001-22, contratada para esse fim (Carta-Contrato 32/2020 - evento sei nº [0634174](#)), em conformidade com o Decreto 7.983, de 8 de abril de 2013, veja-se:
- Art. 3º O custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil*
- iv.Assim sendo, o cálculo dos custos unitários e do orçamento global de referência foi obtido, majoritariamente, utilizando-se a TABELA DO SINAPI DESONERADA REFERENTE À UNIDADE DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA, com vigência iniciada em fevereiro/2021, sobre o qual foi aplicando Acerca do **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)**, conforme a média definida pelos Acórdãos n. 2369/2011 – TCU – Plenário e 2.622/2013 - TCU - Plenário

## **2. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i.É fundamental que o órgão CONTRATANTE preveja os recursos orçamentários específicos que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no curso do exercício financeiro, de acordo com o cronograma físico-financeiro presente no Projeto Básico.
- ii.Preliminarmente, verifica-se que o objeto desta contratação deve observar ao dispositivo legal que determina aos contratos que tenham vigência limitada aos respectivos créditos orçamentários anuais, conforme art. 57 da Lei nº 8.666/93
- iii.O TCU vem reiterando que os ordenadores de despesa observem os dispositivos legais da lei 4.320/1964, que institui normas gerais sobre Direito Financeiro, conforme o acórdão 645/2007 - plenário - TCU: *"Abstenha-se de realizar despesas sem cobertura contratual, procedendo à emissão de empenho anteriormente à prestação dos serviços, de forma a não contrariar o disposto nos arts. 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993, 60 da Lei nº 4.320/1964 e 24 do Decreto nº 93.872/1986. Acórdão 645/2007 Plenário."*
- iv.Sendo assim, quando convocada a Adjudicatária para assinatura do Contrato, em respeito aos artigos 58 e 60 da lei 4.320/1964 conjuntamente com a jurisprudência da Corte de Contas, a dotação necessária para assinatura do Contrato poderá ser custeada com os recursos apresentados na tabela a seguir, desde que disponíveis, enquadramento confirmado com a **COFC**.

DESPACHO Nº 399 / 2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC  
([0673897](#))

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SERÁ CUSTEADA PELO SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SOLICITADA AO TSE, Ofício 39 GABDG (0673873), NA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20GP.

v.

### **3. DO CERTAME LICITATÓRIO**

#### **A.PRELIMINARES**

- i.Ciente de que a Assessoria Jurídica deste órgão é competente para indicar a modalidade licitatória dos certames, em consonância com o art. 11º da IN 004/2008, esta unidade pondera para o certame competitivo a modalidade **CONVITE**, sob o regime de empreitada por



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**preço global, sob a forma de execução indireta, do tipo menor preço auferido pelo MENOR VALOR GLOBAL.**

- ii. Os serviços demandados se enquadram na definição de execução de obra, conforme [Orientação Técnica 002/2019](#) do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, destacado abaixo:

**Obra de engenharia** é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66.

Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:

3.1 - Ampliar: produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista.

3.2 - Construir: consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.

3.3 - Fabricar: produzir ou transformar bens de consumo ou de produção através de processos industriais ou de manufatura.

**3.4.- Recuperar: tem o sentido de restaurar, de fazer com que a obra retome suas características anteriores abrangendo um conjunto de serviços.**

3.5 - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

### **B. INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME**

- i. Por sua vez, tratando-se de empreitada por preço global, também **não** é aplicável a regra do art. 48, I e III da Lei Complementar 123/2006 que estabelece a destinação de itens com valores inferiores a R\$ 80.000,00 ou da estipulação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens compostos por bens divisíveis com valores totais superiores a esse patamar.
- ii. O valor total estimado da contratação pretendida excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) estabelecidos pelo art. 49, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015, patamar que afasta a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte.

### **C. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- i. Poderão participar deste Certame, empresas do ramo, individualmente, que atenda previamente os ditames



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

específicos da modalidade CONVITE constante na Lei n. 8.666/93 e que preencham os requisitos de habilitação previstos no edital.

**ii. IMPORTANTE: EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º, INCISO I, DA LEI Nº 8.666/93, A EMPRESA LORENSI ENGENHARIA LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 07.211.932/0001-22 NÃO PODERÁ PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO EM RAZÃO DE SEU IMPEDIMENTO LEGAL POR SUA CONDIÇÃO DE AUTORA DOS PROJETOS QUE SERÃO OBJETO DE EXECUÇÃO NESTA CONTRATAÇÃO.**

Enfatize-se que a **Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017**, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, disciplina uma regra impeditiva para casos como tais. Veja-se:

### **ANEXO VII-A DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

3. Das condições de participação no processo licitatório:

[...]

**3.2.** Cláusula específica para vedar a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e estabelecendo a ordem de adjudicação entre eles.

## **D. DA PROPOSTA**

### **I. SOBRE A PROPOSTA**

#### **1. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. As propostas deverão ser elaboradas, de acordo com o Modelo Padrão de Proposta, ANEXO XXXI ([0680837](#)), levando em consideração os preços praticados no local de execução dos serviços, tendo como parâmetro de valor global o preço de referência constante no Anexo XIII Planilha Orçamentária ([0681345](#)) deste Projeto Básico, em consonância com o inciso I, do art. 13 do Decreto nº 7.983/2013.
- ii. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da licitação.
- iii. A proposta deverá cumprir todos os requisitos e condições estabelecidos neste Projeto Básico e seus anexos, devendo conter o preço total da execução e o custo unitário dos itens de serviços objeto e sua descrição de acordo com este instrumento.
- iv. A proponente deverá verificar todos os elementos, quantitativos e qualitativos, projetos, anexos e planilha orçamentária antes da apresentação de sua proposta
- v. A proposta de valor global dos serviços deverá obrigatoriamente estar acompanhada dos seguintes detalhamentos:
  - a. Planilha Proposta dos Itens de Serviço (Sintética);
  - b. Planilha Composição dos Itens de Serviço (Analítica);
  - c. Planilha de Composição dos Encargos Sociais incidente sobre a Mão de Obra;
  - d. Planilha de Composição de **BDI** - Anexo XXXII ([0679314](#)):
    1. Observando os preços praticados no local de execução dos serviços, principalmente quanto aos materiais básicos, o licitante deverá fazer a sua composição de **BDI**, incluindo todas as despesas indiretas incidentes na execução dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços, tais como:

Administração Central, Seguros e Riscos Imprevistos, Despesas Financeiras, ISS, COFINS, PIS, bem como sua estimativa de Lucro.

2. O valor do **BDI** não deverá ser incluso no Item de serviço, devendo constar na planilha somente após a apuração do somatório de todos os itens de Serviço.

3. Não poderão ser incluídas na composição do **BDI**, as despesas com administração, mobilização e desmobilização, outras despesas diversas, que devem ser classificadas como custo direto (Acórdão TCU 2029/2008-Plenário).

4. A fórmula para o cálculo do **BDI**, abaixo demonstrada, também foi pacificada pelo TCU no Acórdão 2622/2013 quando se tratando das análises daquele Tribunal, o que indica como sendo a melhor opção para determinação do índice de **BDI** a ser aplicado no orçamento da obra, quando se tratar de órgãos públicos.

Fórmula:

$$\text{BDI} = \left[ \frac{\{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L) / (1 - T)\} - 1}{1} \right]$$



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e. O valor global da proposta não poderá ser superior ao preço de referência da Administração.

### **2. DA APRESENTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CUSTO UNITÁRIO**

i. Na Composição do Custo Unitário deverão constar obrigatoriamente as seguintes informações:

1. Nome do item de Serviço;
2. Descrição dos Itens de Composição;
3. Unidade do item de Composição;
4. Coeficiente do item de composição;
5. Valor unitário e total do item de composição;
6. Somatório dos Materiais e Equipamentos;
7. Somatório Mão de Obra: Na apuração dos valores de mão de obra deverão ser considerados os valores dos salários estabelecidos na Convenção Coletiva da categoria com Encargos Complementares.
8. Valor dos Encargos Sociais e seu respectivo coeficiente.
9. Valor total do item de Serviço s/ **BDI**

ii. Os licitantes deverão fazer a composição dos custos unitários de todos os serviços, parte integrante de sua proposta.

iii. Considerar como parâmetros para fazer as composições: SINAPI e TCPO da Editora PINI.

### **II. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

i. O critério de julgamento da licitação será o de **MENOR PREÇO, APURADO PELO MENOR VALOR OFERTADO PELAS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **LICITANTES SOBRE O VALOR GLOBAL DA OBRA.**

ii. **Sob pena de desclassificação da proposta**, o licitante **deverá detalhar o seu BDI ofertado** com o preenchimento do Anexo XXXII ([0679314](#)) - Detalhamento do BDI.

a. O **BDI** considerado na aceitação das propostas de **29,07% (vinte e nove inteiros e sete centésimos)**, conforme se pode observar na planilha orçamentária, na **APRESENTAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO BDI, Anexo XIX ([0681450](#))**, deste Projeto Básico.

b. Em conformidade com o **acórdão 548/2016 - TCU - Plenário**, a análise isolada de apenas um dos componentes do preço (custo direto ou BDI) não é suficiente para caracterizar o sobrepreço, pois um BDI contratual elevado pode ser compensado por um custo direto ofertado pela licitante abaixo do paradigma, qual seja o valor global, de forma que o preço do serviço contratado esteja abaixo do preço de mercado.

c. Esse exato entendimento constou na ementa do **Acórdão 1551/2008 - TCU - Plenário**, relatado pelo Ministro Augusto Nardes, veja-se:

*"Não se admite a impugnação da taxa de BDI consagrada em processo licitatório plenamente válido sem que esteja cabalmente demonstrado que os demais componentes dos preços finais estejam superestimados, resultando em preços unitários completamente dissociados do padrão do mercado. Na avaliação financeira de contratos, o controle deve incidir sobre o preço unitário final e não sobre cada uma de suas parcelas individualmente..."*

d. Neste sentido, durante a fase de licitação, a Jurisprudência do TCU entende que a desclassificação de proposta de licitante que contenha taxa de BDI acima dos limites considerados neste Projeto Básico só deverá acontecer quando o preço global ofertado também se revelar excessivo, dado que a majoração do **BDI** pode ser compensada por



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

custos inferiores aos paradigmas, conforme o Acórdão 1804/2012 e 1452/2017, ambos do TCU - Plenário.

### **B.DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL**

Após a aceitação da PROPOSTA, conforme item supracitado, a licitante deverá fazer provas da capacidade técnica operacional e profissional, além de outras provas necessárias conforme abaixo:

#### **I. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- i. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 28 da lei 8.666/1993:
  - a. Em se tratando de sociedades comerciais, apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado;
  - b. Em se tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto deste Projeto Básico.

#### **II. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA**

- i. A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:
  - a. Prova de regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, conjuntamente, os seguintes;
  - b. Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);
  - c. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
  - d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

### **III.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

#### **1.FUNDAMENTAÇÃO**

- 1.Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, conforme o **acórdão 2729/2018 - TCU - Plenário**.

2.O TCU entende, ainda, que estas exigências sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, verbis:

*"A Jurisprudência do TCU (Súmula 263/2011) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

3. Neste caso em tela, serão executados **191,34 M<sup>2</sup> de ESCORAMENTO ESTRUTURAL e 9,81 M<sup>3</sup> DE CONCRETO ARMADO PARA O REFORÇO E RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURA.**

### **2. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA**

i.Considerando o montante de 9,81 m<sup>3</sup> de concreto armado para a execução do reforço e recuperação da estrutura predial objeto deste certame, a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica-operacional que comprove a execução de, no mínimo, o reforço e recuperação de estrutura de concreto armado no montante de 4,9 m<sup>3</sup>.

ii.Considerando o montante de 191,34 m<sup>2</sup> de escoramento estrutural, a licitante deverá apresentar o atestado de capacidade técnica-operacional que comprove a execução de, no mínimo, o escoramento no montante 95 m<sup>2</sup>.

### **2.DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

i.A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL DA PESSOA JURÍDICA** será comprovada mediante:

a. Certidão válida de **registro** da empresa licitante no conselho competente da região a que estiver vinculada e que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara);

b. Comprovação, por meio de **atestado técnico**, de que a **empresa licitante executou obras ou serviços**, com características semelhantes às **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO**, conforme item **5.E.III.2** acima deste Projeto Básico:

1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) conjuntamente com a(s) **ART**, devidamente baixada(s), **referente(s) ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional**. Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977, *"Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)"* (grifo nosso).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009, "*Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente*" (grifo nosso).

Art. 14 da Resolução citada no item ii., acima, "*O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função*" (grifo nosso).

c. Declaração de Disponibilidade **conforme modelo contido Anexo XXXIV (0680840)**, de todas as instalações, equipamentos, ferramental e pessoal adequado para a execução dos serviços. A critério da CONTRATANTE tais instalações estarão sujeitas a vistoria técnica

ii. Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado.

iii. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão

iv. Somente será permitida a soma de atestados quando se tratar de execução de serviços em períodos concomitantes.

### **3. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE QUANTIDADES MÍNIMAS**

i. É pacífico nas decisões do TCU o entendimento no sentido que a comprovação da qualificação técnica deve abranger tanto o aspecto operacional como o profissional. Veja-se:

“Em diversas assentadas, este Tribunal reconheceu como válida a exigência de comprovação de ambos os ângulos da capacitação técnica, que deverá abranger tanto o aspecto operacional (demonstração de possuir



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do certame) como o profissional (deter, no quadro permanente, profissionais aptos a executar serviço de características semelhantes àquele pretendido pela Administração). Nesse sentido, vale destacar as Decisões 395/1995 – Plenário, 432/1996 – Plenário, 217/1997 – Plenário, 285/2000 – Plenário, 2.656/2007 – Plenário, bem como o Acórdão 32/2003 – 1.<sup>a</sup> Câmara” (Acórdão 1.265/2009, Plenário, rel. Min. Benjamin Zymler).

- “(...) 6. O cerne da discussão está relacionado à interpretação que se deve dar à parte final do aludido dispositivo – **‘vedadas as exigências de quantidades mínimas’**. Admitir-se-iam duas interpretações: a primeira, no sentido de que não seria possível exigir quantidades mínimas relativamente aos serviços objeto dos atestados fornecidos, e a segunda, de que não seria aceita exigência de quantidades mínimas de atestados.

Entendo que a primeira interpretação não é a que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados. Especialmente em serviços de maior complexidade técnica, como os que envolvem o objeto do pregão promovido pela Ceron, seria imprescindível a apresentação de atestado de capacidade técnico-profissional com exigência de quantitativos mínimos, sob pena de a Administração atribuir responsabilidade pela prestação dos serviços a profissionais que não detêm capacidade técnica demonstrada na execução de serviços de porte compatível com os que serão efetivamente contratados.

Por isso, sou de opinião que a interpretação mais adequada do art. 30, § 1.º, I, in fine, da Lei 8.666/1993, é a de que é possível, e até mesmo **imprescindível à garantia do cumprimento da obrigação**, delimitar as características que devem estar presentes na experiência anterior a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ser comprovada pelas licitantes – compatíveis com o objeto pactuado –, aí se inserindo a exigência de quantitativos mínimos concernentes ao objeto que se pretende contratar” (Acórdão 3.070/2013, Plenário, rel. Min. José Jorge).

**Súmula 263 do TCU:** “Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

ii. O Professor **Marçal**, leciona:

[...]

Como regra, ambos os ângulos do conceito de “experiência anterior” são relevantes. Quando se trata de obras e serviços de engenharia, é muito comum a necessidade de comprovação de ambos os aspectos da experiência anterior. Ou seja, a Administração Pública somente disporá de um mínimo de segurança acerca da idoneidade do sujeito quanto obtiver comprovação acerca desses dois ângulos da qualificação técnica. Não basta para a Administração dispor de informações de que uma certa empresa executou uma obra semelhante, no passado, se não existirem indicações de que esse licitante dispõe, em seus quadros permanentes, de um profissional experiente. Por outro lado, é insuficiente uma certa empresa dispor em seus quadros de profissionais experientes sem que ela própria tivesse no passado enfrentado o desafio de executar obra similar.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Existem hipóteses, no entanto, em que a situação pode apresentar outro perfil. Isso se passa, por exemplo, quanto aos serviços comuns, que não demandam comprovação de qualificação técnica profissional. Há casos de serviços de engenharia (elaboração de um projeto básico, por exemplo) que podem ser satisfeitos sem o concurso de uma estrutura empresarial. Basta a qualificação técnica profissional para satisfação da habilitação técnica. **(Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos**

**Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais). [...]**

- iii. Na mesma linha, a fixação de quantidades mínimas para comprovação da experiência profissional também está assentada pelo **STJ**: “A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30, § 1.º, I (parte final) , da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiveram assentadas em critérios razoáveis” (**REsp 466.286/SP, 2.ª T., rel. Min. João Otávio de Noronha, j. em 07.10.2003, DJ de 20.10.2003**).
- iv. Dessa forma, foi definida a comprovação da execução de serviços semelhantes com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância (execução de projeto de 324m² de escoramento e reforço e 9,81m³ de concreto armado para recuperação de estrutura), estando de acordo com a jurisprudência do TCU, *vg*, **Acórdão TCU nº 1.214/2013-Plenário**.

## **II. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i. A Jurisprudência do TCU (**Súmula 263/2011**) é no sentido de que a exigência de comprovação técnico-profissional e técnico-operacional devem ficar restritas às parcelas que sejam, cumulativamente, de maior relevância e valor significativo, e, ainda, quando indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."
- ii. Nesta caso, aplicam-se, no que compatível aos profissionais, as mesmas disposições aplicadas aos requisitos de habilitação técnica-operacional.
- iii. A qualificação técnica-profissional do **Responsável Técnico** será comprovada mediante:
  - a. **Certidão de Registro** do profissional indicado perante os respectivos conselhos profissionais (Acórdão 2472/2019 - Primeira Câmara);
  - b. Comprovação de aptidão técnico-profissional consistente na apresentação de uma ou mais **Certidões de Acervo Técnico - CAT** - expedidas pelo Conselho de Classe competente, em nome do profissional que exercerá a função de Responsáveis Técnicos para os serviços definidos **neste Projeto Básico**, comprovando a execução de serviços semelhantes às **PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA** do objeto, conforme indicado no item 5.E.III.2, **deste PB**;
  - c. Declaração do profissional indicado pela licitante aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos respectivos serviços, conforme Anexo XXXIII ([0679315](#)) deste Projeto Básico;

## **II. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- i. Os licitantes deverão apresentar:
  - a. **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

- b. **Comprovação de patrimônio líquido mínimo** correspondente a 10% do valor total estimado do Contrato, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União (**Acórdão TCU n. 2.397/2017-Plenário**);

### **B. DAS VISITAS AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.**

- i. É facultado ao Licitante realizar visita aos locais de execução dos serviços até o dia útil anterior à data de apresentação de propostas. As visitas deverão ser marcadas com antecedência de pelo menos 24 (vinte e quatro) horas com os servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br), devendo ser realizada entre os horários de 11h00 (onze) às 17h00 (dezessete) horas, de segunda a sexta-feira. No pedido de visita deverá constar claramente as datas e os locais onde serão realizadas as visitas.
- ii. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- iii. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Nas datas e horários marcados para visita, o representante da licitante deverá comparecer ao local munido de documento que o identifique e indique como representante da licitante.
- v. Não haverá condicionantes, por parte da Administração, que resultem em ônus desnecessário às licitantes e importem restrição injustificada à competitividade do certame, podendo ser realizada a visita por qualquer preposto da licitante, conforme o Acórdão 234/2015 - TCU - Plenário.
- vi. O comparecimento ao local de execução é uma faculdade do licitante, sendo suficiente a declaração própria de que o mesmo conhece as condições locais para execução do objeto, conforme **Acórdão 714/2014 - TCU - Plenário**.
- vii. A visita do licitante será atestada e, caso o licitante não a realize, conforme o item acima, deverá este emitir declaração própria de conhecimento das condições do local de execução, conforme o Anexo XXI (evento sei n. [0680796](#)).

## **2. DO CONTRATO**

### **A. REGRAS GERAIS:**

- a. Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado carta-contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada;
- b. No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste projeto básico;
- c. Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d. Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;
- e. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;
- f. CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail semap@tre-ro.jus.br;
- g. O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação - situação em que os demais cotantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições do adjudicatário (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93) - sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).
- h. Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital do certame e seus Anexos, a proposta vencedora da contratada, seus anexos e documentações técnicas, independentemente de transcrição.
- i. Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital do certame e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editais e contratuais.

### **B. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

- i. **Do Prazo de Vigência: 180 (cento e oitenta) dias**, contados da data da assinatura do contrato.
- ii. **Do Prazo de Execução: 150 (cento e cinquenta) dias**, contados da data do recebimento da Ordem de Serviços.
- iii. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a. alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
  - b. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
  - c. interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
  - d. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
  - e. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
  - f. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- iv. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

### **B. DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADOS**

- i. O percentual de desconto e do BDI **permanecerão inalterados** durante todo o período de vigência do contrato.
- ii. Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.
- iii. Na eventualidade de prorrogações - por fatos decorrentes da ação ou omissão da própria Administração contratante ou de terceiros, para os quais a contratada não tenha contribuído de qualquer forma - que conduzam a execução dos serviços para um período superior a 12 (doze) - em conformidade com os **Acórdãos n. 1238/2016 e**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1381/2018, ambos do Plenário do TCU** - os preços contratados **PODERÃO** ser reajustados após o período de 01 (um) ano contados da data da licitação (data-base do orçamento dos preços ofertados) desde que tenham sido divulgadas novas tabelas do SINAPI DESONERADA da unidade da federativa do Estado de Rondônia, após esse mesmo lapso temporal mínimo de 01 (um) ano, o bservadas as seguintes regras:

- a. O reajuste **não** incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração (reajuste).
- b. Essa mesma regra será aplicada nas eventuais prorrogações dos contratos.
- c. Nos casos em que o reajuste for percebido, deverá a CONTRATADA apresentar para análise e deliberação da fiscalização, planilha contendo a relação dos serviços e valores a serem reajustados.

### **C. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

- i. O contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.
- ii. **No edital e no contrato** constará cláusula expressa de concordância da contratada com a adequação do projeto que integrar o edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto, os quais não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (redação dada pelo inciso II do art. 13 do Decreto 7983/2013).

### **D. DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- i. É permitido o reequilíbrio econômico financeiro nos casos previstos no item d do Inciso II do Art. 65 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei 8.883 de 1994, verbis:

*"Para restabelecer a relação que as partes pactuaram*



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual."*

- ii. **É vedado o reequilíbrio**, ou adoção de tabela do SINAPI diferente da inicialmente contratada, quando houver alteração do regime tributário ao qual a contratada está sujeita, por não se tratar esta hipótese de fato imprevisível, ou previsível porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do ajustado, ou, ainda, caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe previsto no art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

### **E. GARANTIA**

- i. **Segundo Marçal:**

"A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. (Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais)."

- ii. Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, assegurar o pagamento de eventuais



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

- iii. A contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:
- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
  - b. Seguro-garantia;
  - c. Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).**
- iv. A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

### **F. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- i. É **expressamente vedada** a subcontratação.

### **G. DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO SERVIÇO**

#### **1. ANTES DE INICIAR A EXECUÇÃO**

##### **CONDIÇÕES**

##### **GERAIS**

i. A eventual substituição do responsável técnico regulamente indicados deverá ser comunicada imediatamente e por escrito ao contratante;

- a. Em caso de substituição de qualquer um dos profissionais indicados para atuarem nesta contratação, os substitutos deverão possuir, no mínimo, as mesmas qualificações técnicas exigidas neste PB.
- ii. O responsável técnico e o coordenador indicados pela contratada deverão participar de



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reuniões, **presencialmente ou de forma virtual, através de vídeo chamadas**, sempre que convocadas pelo contratante, previamente agendadas, e sempre que existirem dúvidas que necessariamente devem ser sanadas antes da execução ou, na impossibilidade, imediatamente após a identificação da situação duvidosa.

- a. Com a finalidade de facilitar a troca de informações, especialmente com imagens fotográficas e vídeos, será criado um grupo utilizando o aplicativo whatsapp do qual integração, no mínimo, o Chefe da SEMAP, o fiscal da contratação, o Responsável Técnico e o Coordenador das atividades, podendo receber outros integrantes se assim julgado necessário.
- b. As reuniões em meio digital (video conferência) devem ser gravadas pela CONTRATADA e disponibilizadas ao CONTRATANTE juntamente com relatório contendo as principais definições.
- iii. Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e agronomia fica sujeito à anotação de responsabilidade técnica (ART), conforme art. 1º da lei nº 6.496/1977.
- iv. Comprovação do vínculo profissional do Responsável Técnico e do Coordenador com a licitante, prevista no art. 30 da lei n. 8.666/1993, poderá ser realizada através:
  - a. Da apresentação de cópia da carteira de trabalho - CTPS - em que conste o licitante como contratante;
  - b. Da apresentação de cópia do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio;
  - c. Da apresentação de cópia do contrato de trabalho;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. A comprovação do vínculo profissional deverá ser realizada em até 5 (cinco) dias após o recebimento da OS, em conformidade com o Anexo XXXIII - Indicação e aceitação de responsabilidade (evento SEI n. [0679315](#))

### **1. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (RT)**

- i. A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional indicado pela contratada durante o processo licitatório, emitida por órgão da classe, deverá ser fornecida no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço**.
- ii. Em simetria, o gestor que elaborar ou aprovar projeto básico ou orçamento inconsistente poderá ser responsabilizado. O mesmo se pode afirmar sobre a aprovação de projetos e de orçamentos sem a assinatura, indicação do seu responsável ou sem a respectiva ART. Cita-se, como exemplo, o sumário do **Acórdão TCU n. 2.546/2008 – Plenário**: “1. *Os responsáveis pela elaboração e aprovação de projeto básico inadequado e sem assinatura ou identificação do responsável técnico devem ser sancionados*”.
- iii. A CONTRATADA se responsabilizará **de forma solidária** pela regularidade dos projetos executados por seus responsáveis técnicos (Art. 70, Lei n. 8666/93).
  - a. Sobre o tema, cita-se excerto das **Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas**/Tribunal de Contas da União, Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste. – Brasília : TCU, 2014, p. 16: A **Lei n. 5.194/1966** *regula o exercício da profissão de engenheiro, estabelecendo que os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, seja público ou particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*quando os autores forem profissionais  
habilitados de acordo com essa lei.*

- iv. A ART deverá ser emitida no Conselho Regional deste estado - CREA/RO, de acordo com resolução própria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.
- v. Ainda no referido diploma, a ART define para efeitos legais o(s) responsável(is) técnico(s) pelo serviço de engenharia contratado.
- vi. O Responsável Técnico detentor da ART deverá verificar se os serviços estão sendo realizados de acordo com o projeto, as normas e com o nível de qualidade exigido.
- vii. A contratada e seus profissionais se obrigam a preservar os direitos autorais dos titulares dos projetos recebidos para análise, em cumprimento ao Art. 17 da Lei n. 5.194/66.

## **2. DO PREPOSTO**

- i. A CONTRATADA poderá indicar como preposto um membro da equipe técnica responsável pela prestação dos serviços, podendo o CONTRATANTE recusá-lo e pedir sua substituição em razão de perfil inadequado. **São atribuições do preposto:**
  - a. Supervisionar os serviços e garantir que os profissionais cumpam os prazos e condições previstos no contrato;
  - b. Consolidar em **relatório único** todas as ocorrências relacionadas a cada uma das etapas, destacando no relato os pontos relevantes, as eventuais inconformidades identificadas e a interrelação entre eles;
  - c. Comunicar ao coordenador e aos responsáveis técnicos o agendamento de reuniões com o CONTRATANTE, zelando pelo comparecimento daqueles que devam dela participar.
  - d. Para garantir a perfeita comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o preposto deverá enviar relatório ou boletim



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

semanal dos serviços, apresentando, no mínimo, resumo das atividades, considerando os seguintes itens:

1. Condições de trabalho;
2. Casos fortuitos e de força maior;
3. Cumprimento de prazos;
4. Outros casos de natureza relevante que possam impactar a execução dos serviços.

### **3. DA EXECUÇÃO**

#### **A. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- i. O prazo de execução da obra será contado a partir do recebimento da ordem de serviço pela CONTRATADA.
- ii. São condições:
  - a. Para emissão da Ordem de Serviços, a apresentação da Garantia Contratual conforme item 10.A. deste Projeto Básico;
  - b. Para início das atividades no local de execução, em até 5 (cinco) dias úteis da emissão da Ordem de Serviço, a apresentação dos seguintes documentos:
    1. ART, devidamente registrada, de execução dos responsáveis técnicos pela obra, com o devido registro na entidade de classe do profissional, conforme previsão deste Projeto Básico;
    2. Comprovante de Cadastro Específico do INSS - CEI.
- iii. Previamente ao início da execução dos serviços, a CONTRATADA, representada pelo seu Preposto, o pelo Responsável Técnico, deverá participar de reunião, presencial ou por vídeo conferência, para dirimir dúvidas e orientar as execuções.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- iv. Após a assinatura e apresentação da garantia contratual será expedida a Ordem de Serviço, conforme modelo do ANEXO XXXVI (evento sei n. [0679321](#)).
- v. Os serviços deverão ser executados conforme as especificações definidas no Projeto executivo, Planilha Orçamentária e demais anexos, cabendo à contratada total responsabilidade pela perfeita execução e funcionamento dos mesmos, sem qualquer ônus adicional à Contratante.
- vi. A contratada deverá verificar todos os elementos, quantitativos e qualitativos, projetos, anexos e planilha orçamentária, como também as informações *in loco*, antes do início dos serviços, e qualquer divergência encontrada comunicar à contratante, sob pena de não poder questioná-las posteriormente.
- vii. Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:
  - 1. Às normas e especificações constantes neste Projeto Básico e nos Projetos anexos, além, das demais anexos do edital do certame e do futuro instrumento contratual;
  - 2. Às normas da ABNT;
  - 3. Às disposições legais da União, do Estado de Rondônia e do Município de Porto Velho;
  - 4. Aos regulamentos dos conselhos de classes profissionais;
- viii. A contratada deverá seguir rigorosamente os prazos assinalados pela ordem de serviço.
- ix. É de responsabilidade da contratada a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico.
- x. Todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO, sendo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- rejeitados os classificados como linha popular ou econômica, devendo ser submetidas amostras à aprovação da FISCALIZAÇÃO antes do seu emprego.
- xi. O período para execução dos serviços será, em regra, de **segunda à sexta-feira das 08:00 às 17:00 horas**, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execuções nesse período ou horário, a critério do gestor/fiscal, os serviços poderão ser executados em horários diversos, nos finais de semana, feriados ou no período noturno.
  - xii. Os serviços somente serão iniciados mediante emissão prévia de Ordem de Serviço (OS), **conforme o modelo do ANEXO XXXVI (evento sei n. [0679321](#))** e, apresentação pela contratada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
  - xiii. A não apresentação injustificada da Anotação de Responsabilidade Técnica poderá ocasionar a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.
  - xiv. Em casos de impossibilidade de emissão da ART, justificadamente, ouvido o Gestor do Contrato, a Autoridade competente poderá dilatar o prazo anterior.
  - xv. A execução dos serviços relativos a cada OS será acompanhada por um ou mais profissional(is) designado(s) pelo contratante para a fiscalização.
  - xvi. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra à contratante e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à contratada qualquer alegação em contrário.

### **1. DO PAGAMENTO**

- i. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ii. Os pagamentos serão realizados nas seguintes condições:
  - a. Mensalmente, através de medição apresentada pela CONTRATADA e atestada pela FISCALIZAÇÃO do CONTRATANTE, até o limite de 75% do valor total da contratação;
  - b. 25% do valor total dos serviços somente após efetivamente executados e Recebidos de forma definitiva o objeto.
- iii. A regularidade fiscal da contratada poderá ser certificada mediante consulta ao SICAF.
- iv. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento sem atestação e emissão de Nota Técnica pelo fiscal/gestor designado pelo contratante para acompanhamento e fiscalização dos serviços, ou apresentada em desacordo com os valores constantes de sua proposta de preços, ou que contenham rasuras ou erros materiais;
- v. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a Nota Fiscal dos serviços, os seguintes documentos:
  - a. Certidão de regularidade perante:
    - 1. Fazenda Federal / Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
    - 2. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
    - 3. Justiça do Trabalho;
  - b. Cópia digitalizada das folhas do Livro Diário referente ao período, devidamente atestadas pela Fiscalização;
- vi. A não apresentação da documentação constante do item v. acima, ocasionará a retenção do pagamento da medição, ficando a liberação do pagamento condicionado ao saneamento da referida pendência;
- vii. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- viii. O pagamento, se houver reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido.
- ix. Será realizado 01 (um) pagamento a cada 30 (trinta) dias, referente aos **serviços já concluídos**.
  - x. Considera-se, para todos os fins, serviços concluídos aqueles nos quais todas as etapas pertinentes já foram realizadas.
  - xi. O pagamento será realizado após aprovação dos serviços executados pelo(s) fiscal(is) designado(s) especificamente para acompanhar e fiscalizar os itens da Ordem de Serviço.
  - xii. Os serviços não realizados, ou realizados em desconformidade, serão glosados até que sejam efetivamente efetivados;
  - xiii. Os pagamentos serão feitos mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras - através do Banco do Brasil S/A, em favor da CONTRATADA, na conta corrente indicada na proposta, devendo, para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser efetivada o crédito, o qual ocorrerá até 10 (dez) dias corridos após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal da Ordem de Serviço. **Em todos os pagamentos o contratante fará as retenções tributárias legais.**
  - xiv. Para os eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, fica convencionada a taxa de compensação financeira devida entre a data contratual de pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

	Onde:
$M = I \times$	EM = Encargos moratórios;
$N \times VP$	N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>VP = Valor da parcela a ser paga. I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: <math>I = ((TX)/365)</math> <math>I = ((6/100)/365)</math> <math>I = 0,00016438</math> TX = Percentual da taxa anual = 6%.</p>
--	---

- xv. A eventual compensação financeira anteriormente mencionada será incluída em nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.
- xvi. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que decidirá acerca da eventual apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.
- xvii. Haverá a retenção de 25% do pagamento que somente será liberado após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

### **1. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

- i. Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo emitido pelo Fiscal do Serviço e Gestor da demanda.
- ii. O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:
  - a. **PROVISÓRIAMENTE:**

- i. A CONTRATADA deverá comunicar à FISCALIZAÇÃO, por escrito e dentro do prazo de no mínimo 5 (cinco) dias antes do término do prazo de execução, que todos os serviços e fornecimentos objeto desta contratação foram concluídos, além dos seguintes documentos:
      - 1. Documentação “*as built*”, incluindo atualização dos desenhos do projeto executivo, memoriais, condições de garantia dos serviços/equipamentos,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- marca/modelo e "manuais de uso" das instalações e equipamentos;
- ii. A FISCALIZAÇÃO emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, que atesta a entrega quantitativa de todos os serviços e equipamentos, em até 10 (dez) dias contados da comunicação da CONTRATADA conforme item i. acima, desde que constatada através de vistoria, a condição de conclusão quantitativa satisfatória e imprescindível para o uso e funcionamento do objeto;
  - iii. Em caso de constatação da não finalização dos serviços e da existência de parcelas ainda não executadas e/ou fornecidas, não será reconhecido efeito da comunicação ao CONTRATANTE, o que implicará na **não emissão do Termo de Recebimento Provisório** e na caracterização de atraso, caso ultrapassado o prazo de execução contratual;
  - iv. Se porventura, durante a vistoria para o recebimento provisório, a FISCALIZAÇÃO constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se prazo compatível, de até 10 (dez) dias da data da emissão do Termo de Recebimento Provisório, para a CONTRATADA, às suas expensas, reparar, corrigir, remover ou substituir, no total ou em parte, o objeto do Contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, dentro do prazo fixado no Termo de Recebimento Provisório, por escrito, comunicado à FISCALIZAÇÃO solicitando a realização de nova vistoria;
- vi. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a FISCALIZAÇÃO emitirá comunicado interno no prazo de 05 (cinco) dias, para que sejam tomadas as providencias com vistas ao recebimento definitivo;
- vii. Se porventura, durante a nova vistoria, verificar que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

**b. DEFINITIVAMENTE:**

- i. O CONTRATANTE emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO no prazo de 15 (quinze) dias contados da comunicação de entrega do objeto pela contratada.
- ii. Havendo, no prazo previsto no subitem i. acima, o surgimento de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias contados da comunicação à CONTRATADA, para que esta, às suas expensas, efetue as correções necessárias.
- iii. Sanadas as pendências, em até 10(dez) dias após comunicação da CONTRATADA à CONTRATANTE, deverá ser efetuada vistoria final e verificadas as perfeitas adequações do serviço aos termos do presente Projeto



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Básico, será emitido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- iv. Se após o RECEBIMENTO PROVISÓRIO for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do RECEBIMENTO DEFINITIVO será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas;

**1. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

**1. A CONTRATADA DEVERÁ:**

- i. Garantir as instalações e os materiais por ela fornecidos, **pelo prazo mínimo de 12 meses**, durante o qual substituirá os materiais ou as instalações defeituosas, ressaltando-se os casos decorrentes da má conservação ou o uso inadequado das instalações e aparelhos.
- ii. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto por prazo mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da aceitação definitiva, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.
- iii. Durante o prazo de garantia, a contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços e ou materiais empregados na execução, sempre que houver solicitação, e sem ônus para o contratante.
- iv. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto para o serviço.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- v. A garantia aqui tratada não afasta a prevista no Art 618 do Código Civil ([LEI No 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002](#)) que versa:

*Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.*

## **2. DAS OBRIGAÇÕES EM GERAL**

### **A. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- i. A Vistoria no local da execução do presente objeto não será obrigatória, no entanto, caso queiram, as empresas poderão, mediante prévio agendamento (69-3211-2060, [semap@tre-ro.gov.br](mailto:semap@tre-ro.gov.br)), visitar e vistoriar o local, executando todos os levantamentos julgados necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, de modo a não incorrerem em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.
- ii. Comunicar recebimento da Ordem de Serviço imediatamente após seu efetivo recebimento;
- iii. Realizar o objeto nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos do Edital da Licitação e seus anexos, especialmente:
- Execução do objeto conforme **PROJETO BÁSICO Nº 6/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP e Anexos PSEI [0003199-70.2020.6.22.8000](#)**;
  - Execução de acordo com as normas da ABNT, do Decreto-Lei nº 92.100/85 e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de primeira qualidade;
  - Empregar somente materiais novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO;
  - Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a CONTRATANTE, devendo, para tanto programar



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a sua execução em conjunto com a Fiscalização, podendo isso ser realizado em finais de semana e feriados.
- iv. Participar da Reunião Inicial, presencial ou por vídeo conferência entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
  - v. Até a data da assinatura do contrato, designar **preposto**, por meio de carta de preposição caso esse não seja o representante legal da empresa, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relativos ao objeto:
    - a. A designação deverá ser realizada através de Carta de Preposição da CONTRATADA, outorgando amplos poderes de representação ao preposto para representar a CONTRATADA perante a CONTRATANTE
  - vi. Fornecer todos os materiais para a execução dos serviços, conforme especificação da proposta, e entregá-los devidamente acabado, conforme este Projeto Básico e seus anexos;
  - vii. Cumprir, rigorosamente, o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT, as Normas de Medicina e Segurança do Trabalho e demais normas legais e regulamentares pertinentes aos serviços executados;
  - viii. Cumprir todas e quaisquer outras normas de legislação federal, estadual e municipal, independente de transcrição neste Projeto Básico, não podendo eximir-se ou alegar desconhecimento das obrigações estabelecidas em Lei;
  - ix. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto nos limites estabelecidos da modalidade de contratação, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93:
    - a. Os limites de alteração ao contrato serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original do contrato, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

- x. Reparar/corrigir/refazer as suas expensas, no prazo determinado pela fiscalização, contados de sua notificação, os serviços nos quais forem constatadas falhas, imperfeições ou irregularidades resultantes da execução ou do material empregado;
- xi. Providenciar, quando necessário e às suas expensas, documentações e licenças para a execução dos serviços, taxas incidentes, matrícula específica para os serviços e o certificado de taxa de contribuição para acidentes de trabalho, junto aos órgãos competentes;
- xii. Apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, Garantia Contratual nos moldes do capítulo DA GARANTIA CONTRATUAL E OUTROS deste Projeto Básico.
- xiii. Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução e Matrícula CEI junto ao INSS, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Serviço.
- xiv. Comunicar imediatamente ao contratante eventuais inconsistências dos projetos em relação às normas técnicas e legislação vigente;
- xv. Manter no local pessoal e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços, cumprindo fielmente as visitas do responsável técnico determinadas pela Fiscalização:
  - a. A Contratada deverá manter, permanentemente, até o final da execução dos serviços os profissionais indicados no certame;
  - b. Quando das vistorias a serem realizadas pela Fiscalização, o responsável técnico deverá estar presente para acompanhamento, quando agendado pelo Fiscal.
- xvi. Fornecer todos os equipamentos necessários, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços;
- xvii. Colocar placas indicativas dos serviços, conforme legislação vigente;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- xviii. Manter Livro Diário de Obra atualizado e à disposição da fiscalização, sob pena de enquadramento do Capítulo 8,ii, d, obedecendo, pelo menos, as seguintes diretrizes:
- a. Identificação da empresa;
  - b. Identificação da obra;
  - c. Condições climáticas;
  - d. Pessoal;
  - e. Rotinas de serviços executados;
  - f. Outras ocorrências e observações;
  - g. Assinatura do ART responsável.
- xix. Realizar a gestão dos resíduos sólidos durante toda a execução e até o final, respeitando as normas de destinação aplicáveis, inclusive municipais, conforme registrado neste PB:
- a. Fornecer ao CONTRANTE a documentação de destinação dos resíduos sólidos.
- xx. Arcar com todas as despesas decorrentes do Contrato, incluindo mão de obra, distribuição, seguros, tributos e demais encargos incidentes sobre os serviços contratados;
- xxi. Requerer vistoria antes do RECEBIMENTO PROVISÓRIO;
- xxii. Assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento de material, mão de obra, aparelhos e equipamentos necessários para a boa e perfeita execução dos serviços contratados;
- xxiii. Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados e os de eventuais subcontratadas, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por estes ao contratante ou a terceiros;
- xxiv. Responder por quaisquer compromissos assumidos junto a terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- xxv. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo-lhe prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar reclamações formuladas;
- xxvi. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
- xxvii. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;
  - xxviii. Fornecer, além do uniforme, equipamentos de proteção individual – EPI a todos os empregados cujas atividades os exijam por normas de segurança em vigor;
  - xxix. Não vincular sob hipótese alguma, o pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento efetuado pelo CONTRATANTE;
  - xxx. Exigir de todos os que estiverem na área de realização dos serviços, independentemente de fazerem parte da equipe da CONTRATADA ou não, o uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
  - xxxi. Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, no que couber, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo, conforme disposição constante no Art. 618 da Lei 10.406/2002;
  - xxxii. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
  - xxxiii. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE;
  - xxxiv. Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho;
  - xxxv. Apresentar a devida comprovação fiscal/previdenciária e demais declarações das empresas subcontratadas, desde que devidamente autorizadas por este Tribunal, respeitando-se a previsão constante no item



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- Administração e Controle do Memorial Descritivo (Acórdão TCU 1529/2006-Plenário);
- xxxvi. Responsabilizar-se pelo armazenamento e guarda de todo o material a ser utilizado durante a obra;
  - xxxvii. Manter-se atualizada dos normativos que regulam a prestação de serviços nas esferas Federal, Estadual e Municipais, incluindo eventuais novas regulamentações;
  - xxxviii. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da CONTRATADA;
  - xxxix. Cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal/1988:

*“XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.”*

### **B. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- i. Expedir a Ordem de Serviço em até cinco dias úteis após a apresentação da garantia contratual;
- ii. Reunir-se com a Contratada, para deliberações e alinhamentos de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- iii. Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;
- iv. Dar conhecimento à CONTRATADA acerca das normas estabelecidas para carga e descarga de materiais, horário de trabalho e demais condições exigidas;
- v. Manter atualizados os registros de serviços que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
- vi. Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;
- vii. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal/fatura de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste contrato e nas demais regras a ele aplicadas;
- viii. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ordem de Serviço por meio de um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei n. 8.666/1993.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- ix. Notificar, por escrito, à contratada, na ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- x. Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, após cada medição, os serviços prestados pela CONTRATADA;
- xi. Não permitir execução de tarefas em desacordo com as normas preestabelecidas e rejeitar, no todo ou em parte, os serviços que sejam executados em desacordo com a Ordem de Serviço, aplicando as penalidades cabíveis.
- xii. Ceder à contratada, quando necessário, espaço para execução dos serviços, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições que lhe foi cedido;
- xiii. Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos serviços ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
- xiv. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
- xv. Receber Provisoriamente e Definitivamente, com observância das regras deste PB, os serviços nos prazos pactuados, contados da comunicação escrita da CONTRATADA, o qual só será emitido se não houver qualquer pendência quantitativa;
- xvi. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

## **2. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- i. As sanções relacionadas ao procedimento da licitação constarão no edital do certame.
- ii. O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:
  - a. Atraso injustificado no **cumprimento do cronograma de execução da obra: até 10 (dez) dias: multa moratória**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da OBRA, limitado a 5% (cinco por cento) desse valor.
- b. Atraso injustificado no **cumprimento do cronograma de execução da obra por prazo superior a 10 (dez) dias: aplicação da multa moratória de 1,0% (um por cento), a partir do 10º dia de atraso**, aplicada sobre o valor global da OBRA, **podendo caracterizar a inexecução total ou parcial** do contrato e aplicação das sanções definidas neste capítulo e, ainda, a rescisão do contrato.
  - c. Atraso injustificado na **entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,25% (vinte cinco décimo) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da obra, limitado a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos) desse valor, podendo gerar a rescisão do contrato.
  - d. Atraso injustificado na **apresentação ou atualização do Livro Diário de Obra: até 10 (dez) dias: multa moratória de 0,1% (um décimo) por dia de atraso**, aplicada sobre valor global da obra, limitado a 1% (um por cento) desse valor.
  - e. Atraso injustificado das **demais obrigações contratuais**, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:
    - 1. Até 2 (dois) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
    - 2. De 3 (dois) a 5 (cinco) descumprimentos, multa de 4% (quatro por cento) apurada sobre o valor total do contrato;
    - 3. Sem prejuízo de aplicação das multas, a ocorrência de descumprimentos superiores a 5 (cinco) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.
- iii. Pela **inexecução total ou parcial do objeto do contrato**, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:
- a. Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
- b. Multa de até 20% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
  - c. Multa de até 30% (quarenta por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução parcial do objeto, podendo ser fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;
  - d. Multa de até 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor adjudicado pelo não fornecimento de todos os equipamentos necessários, tais como ferramentas, maquinaria e aparelhamento adequado à execução dos serviços, item XVI das obrigações da Contratada;
  - e. Multa de até 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor adjudicado por não sinalizar os ambientes de serviços com placas indicativas, conforme legislação vigente e item XVII das obrigações da Contratada.
  - f. Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
  - g. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior.
- iv. Além dos outros descumprimentos passíveis de sanções, a recusa injustificada da contratada em reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, no todo ou em parte, os serviços em que se verifiquem imperfeições, vícios ou incorreções, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, por sua gravidade, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas no neste capítulo.
  - v. Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Projeto Básico como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a rescisão do contrato.

- vi. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem o recebimento efetivo dos serviços prestados e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).
- vii. A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).
- viii. Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).
- ix. As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.
- x. O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **2. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **A. O GESTOR E O FISCAL**

- i. A gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto legal, conforme disposto nos artigos 22 a 29 da IN/TRE-RO n. 004/2008.
- ii. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, definido especificamente na Ordem de Serviço ou previamente designado, ao qual competirá, além das atribuições definidas na IN/TRE-RO n. 004/2008, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da Ordem de Serviço.
- iii. As competências do Gestor e do Fiscal do contrato estão definidos na **Seção V - Da gestão e da fiscalização dos contrato**, da INSTRUÇÃO NORMATIVA TRE-RO Nº 004/2008 de 30/10/2008, ou em outra que a venha suceder.
- iv. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666, de 1993.

### **2. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES**

- i. As dúvidas, quanto aos conteúdos e especificações contidos neste Projeto Básico serão esclarecidas pelos servidores da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2267/2028/2119/2072, ou ainda, pelo e-mail [semap@tre-ro.jus.br](mailto:semap@tre-ro.jus.br).

### **2. ANEXOS**

- i. Fazem parte deste Projeto Básico os seguintes anexos:
  - a. ETP - Estudos Técnicos Preliminares ([0681492](#))
  - b. Relação dos documentos citados no item C, subitem i., que estão presentes nos Anexos I ao XXX deste Projeto Básico e que fazem parte do processo de contratação de pessoa jurídica para a elaboração de projeto de escoramento e reforço estrutural, [0003084-49.2020.6.22.8000](#).
  - c. Anexo XXI - Declaração de Visita ou Renúncia ([0680796](#)).
  - d. Anexo XXXI - Modelo de Proposta ([0680837](#));





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- e. Anexo XXXII - Detalhamento do BDI ([0679314](#));
- f. Anexo XXXIII - Indicação e Aceitação de RT ([0679315](#));
- g. Anexo XXXIV - Declaração de Disponibilidade ([0680840](#));
- h. Anexo XXXV - Índice de Documentos Habilitação Técnica ([0680843](#));
- i. Anexo XXXVI - Modelo de Ordem de Serviços ([0680844](#)).

3. **RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO PB**

- i. As especificações do objeto, dentre outros aspectos técnicos, são de responsabilidade da Contratada **LORENSI ENGENHARIA LTDA**, CNPJ 07.211.932/0001-22, fiscalizada pelo servidor Antônio Roberto dos Santos Ferreira, sob supervisão e acordo direto do Chefe da SEMAP;
- ii. Este Projeto Básico recebeu a colaboração e formatado pelo servidor Frank Busatto.
- iii. Revisão final: Leisson de Sousa Castro - Chefe da SEMAP.



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 22/04/2021, às 12:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Roberto dos Santos Ferreira, Engenheiro Civil**, em 22/04/2021, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0683515** e o código CRC **F6E5EEAF**.

0003199-70.2020.6.22.8000

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – CARTA-CONVITE nº 01/2021 – Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral.**

**PARECER JURÍDICO Nº 45 / 2021 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo inaugurado para contratação de empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO), para atender à necessidade deste Regional Eleitoral ([0609523](#)).

**02.** A minuta de Carta-Convite e seus anexos juntados ao evento 0685077, foram objeto de análise desta AJDG pelo Parecer Jurídico nº 38/2021-PRES/DG/AJDG ([0685677](#)), sendo aprovado, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos, e convertido no Edital de Carta-Convite nº 01/2021 (0685759).

**03.** Iniciada a fase externa do certame a Carta-Convite nº 01/2021 foi enviada para 06 (seis) empresas do ramo de atividade ([0685767](#), [0685765](#), [0685766](#), [0685767](#), [0685768](#) e [0685769](#)). As empresas MAROK ([0687778](#)), AC FAUSTINO ([0687780](#)), MAXQUALI ([0687782](#)), MP ENGENHARIA ([0687784](#)) e CORINGA ([0687785](#)) confirmaram o recebimento da carta-convite.

**04.** O extrato da Carta-Convite nº 01/2021 foi publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral. A íntegra do referido edital foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e nos sítios eletrônicos deste Tribunal. O extrato do aviso do Convite foi divulgado no portal transparência e prestação de contas do site do TRE/RO. Todas as publicações supramencionadas foram juntadas no Sistema SEI, conforme evento [0686242](#).

**05.** Houve um pedido de esclarecimento pela licitante Construtora Delta ([0686243](#)), respondido pelo pregoeiro por e-mail juntado no evento [0687791](#). Não houve impugnação ao convite nº 01/2021.

**06.** Na sequência, vieram aos autos os documentos extraídos do certame, conforme segue:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) documentos do CREDENCIAMENTO da empresa licitante LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI (0688951);

b) documentos de HABILITAÇÃO da empresa licitante LÍDER CONSTRUÇÕES EIRELI (0688953, 0688957, 0688959, 0688961, 0688963, 0688964 e 0689374);

c) Ata da Sessão de credenciamento e abertura dos envelopes de habilitação (0688968);

d) Solicitação do pregoeiro a unidade técnica SEMAP para análise dos documentos de habilitação da única empresa participante da licitação convite e participação da equipe técnica na reabertura do certame (0688974);

e) Manifestações da SECA (0689178) e SEMAP (0689196) em resposta a solicitação do pregoeiro;

f) Declaração de desistência de recurso da empresa LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI aos atos da CPL relativos ao credenciamento e habilitação;

g) documentos que compõe a PROPOSTA da empresa LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI (0689393, 0689394 e 0689396);

h) Declaração de desistência de recurso da empresa LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI aos atos da CPL relativos ao JULGAMENTO DA PROPOSTA (0689397) e,

i) Ata da Sessão 2 (0689399).

**07.** Por fim, foi juntado aos autos comprovante de envio para publicação do resultado do Convite nº 01/2021 no DOU e DJE (0689524). Em seu Relatório 13 (0689543), o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica (0689545). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**08.** Desencadeada a fase externa da competição, e para a ampla divulgação da Carta-Convite nº 01 ([0685759](#)) sua íntegra foi disponibilizada no portal de compras do Governo Federal - Comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal, os comprovantes das publicações constam no evento [0686242](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**09.** Nota-se a observância do art. 22, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, procedendo-se o envio para **06 (seis) empresas do ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação** ([0685767](#), [0685765](#), [0685766](#), [0685767](#), [0685768](#) e [0685769](#)), as empresas MAROK ([0687778](#)), AC FAUSTINO ([0687780](#)), MAXQUALI ([0687782](#)), MP ENGENHARIA ([0687784](#)) e CORINGA ([0687785](#)) confirmaram o recebimento da carta-convite.

**10.** A CPL justifica que a empresa DOURADO ENGENHARIA, apesar do envio de e-mail de das ligações efetuadas, não confirmou expressamente o recebimento da carta-convite, muito embora o próprio Presidente da CPL tenha obtido a resposta por telefone de que a empresa recebeu o convite, mas por opção própria a empresa resolveu não realizar a confirmação expressa.

**11. Mesmo com a Carta-Convite comprovadamente entregue** em número superior a três **empresas** do ramo no mercado local, mesmo assim, não houve demonstração de interesse do mínimo legal de empresas recomendada pela lei e pela linha de entendimento do TCU, vejamos:

Não se deve adjudicar licitação na modalidade convite com menos de três propostas válidas por item licitado, para não ferir o disposto no art. 22, § 7º, da Lei nº 8.666, de 1993. (TCU, **Decisão 472/1999. Plenário**)

**12.** Em posição absolutamente contrária, Marçal Justen Filho afirma não ser compatível com a Lei de Licitação e Contratos interpretação no sentido de que o número mínimo de três propostas seja apurado em relação à propostas válidas. Para esse autor não é possível subordinar a validade da licitação à escolha, totalmente subjetiva e arbitrária, dos particulares a quem foi dirigido o convite.

“Não é compatível com a Lei o entendimento de que o número mínimo de três deverá ser apurado em relação às propostas válidas. Alguns têm afirmado que, inexistindo número igual ou superior a três propostas válidas, a licitação deverá ser repetida. Ou seja, o problema não seria de dirigir o convite para três licitantes, mas de ser por eles atendido. Em primeiro lugar, não é possível subordinar a validade da licitação à escolha, totalmente subjetiva e arbitrária, dos particulares a quem foi dirigido o convite. Se os particulares não desejarem apresentar propostas ou se o fizerem em termos inadequados, não se pode atribuir a consequência da automática invalidação do certame.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitação e contratos administrativos. 17ª Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p.426). Grifo nosso.

**13.** A CPL em seu Relatório 13 (0689543), quando aberta a sessão para o credenciamento constatou o comparecimento de apenas uma empresa - LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI. Em análise ao cenário apresentado, a CPL considerando o disposto no §7º do art. 22 da Lei



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/93, justificou-se nas seguintes situações para dar prosseguimento ao certame, vejamos:

- Foram convidados diretamente 6 (seis) empresas;
- Além das diretamente convidadas, o convite foi estendido a TODAS as empresas cadastradas no SICAF ao ser divulgado no sistema COMPRASNET;
- Além disso, o convite foi divulgado no Diário Oficial da União, no Diário da Justiça Eleitoral e no Portal de Transparência deste Tribunal;
- Como se vê, a divulgação foi ampla, em nível nacional, muito além do previsto na legislação.
- Além disso, convém recordar que a licitação na modalidade concorrência realizada por este Tribunal em 10/03/2021 restou deserta ([0002397-43.2018.6.22.8000](#)).
- Considerando que o convite foi realizado a um número maior que o mínimo legal e que a publicação se deu de forma muito mais abrangente, em nível nacional, e considerando ainda o atual contexto de pandemia, a CPL entendeu que as limitações do mercado, o contexto de pandemia e o manifesto desinteresse dos convidados estão sobejamente comprovados, não havendo razão para a repetição do certame. Firme nesses fatos e fundamentos, a CPL prosseguiu com o certame e credenciou o representante da única participante ([0688951](#)) e procedeu à abertura do primeiro envelope.

**14.** Nesse sentido é o entendimento que emerge do verbete sumular nº 248, do TCU: Não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, na licitação sob a modalidade Convite, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, **ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do art. 22, da Lei nº 8.666/93.** (*grifamos*)

**15.** Em diversos julgados, o TCU tem esclarecido os contornos da diretriz apontada pelo mencionado enunciado sumular, conforme elucida no acórdão abaixo em destaque:

### **Acórdão nº 1.732/09 – Voto do Ministro Relator**

5. A ideia básica a ser retida é a da efetividade da proposta competitiva, o que pressupõe sua apresentação, conformidade com a lei, atendimento aos requisitos do edital e classificabilidade entre as demais propostas de acordo com o critério de julgamento adotado. **Penso que a exigência não cria ônus excessivo para o administrador público, além daquele consistente no dever de isenção na**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**expedição dos Convites, conferindo, por outro lado, maior higidez ao processo licitatório.**

Como visto, tanto o Decreto nº 2.745/1988 quanto a Lei nº 8.666/1993 não estabelecem expressamente a exigência do mínimo de três propostas válidas; e nem foi preciso que tal ocorresse, pois **essa é a interpretação que mais se coaduna com o interesse público e com os princípios da competitividade e da eficiência, ambos de índole constitucional (art. 37, caput, e inciso XXI desse artigo). Há de se aplicar ao caso princípio basilar de hermenêutica jurídica segundo o qual, sendo possível mais de uma interpretação da norma infraconstitucional, busca-se aquela que mais se harmoniza com o texto constitucional, a fim de manter sua eficácia e integração no ordenamento jurídico, evitando questionamentos desnecessários junto ao Poder Judiciário.** (In: FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 290.)

**16. No que tange à interpretação do art. 22, §7º, da Lei nº 8.666/93, o TCU se manifestou nos seguintes termos:**

Acórdão nº 3.049/07 – Voto do Ministro Relator

8. Embora a lei não traga em seu texto a expressão de propostas válidas, este Tribunal firmou entendimento ao longo dos anos, conforme súmula nº 248, Acórdão nº 819/2005 – Plenário, Acórdão nº 101/2005 – Plenário, Acórdão nº 1.182/20004, Plenário, Acórdão nº 2.602/2003 – 1ª Câmara, etc, que, nas licitações, na modalidade Convite, para que a contratação seja possível, são necessárias pelo menos três propostas válidas, isto é, que atendam a todas as exigências do ato convocatório. Não é suficiente a obtenção de três propostas. É preciso que as três sejam válidas. Caso isso não ocorra, a Administração deve repetir o Convite e convidar mais um interessado, no mínimo, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações, **ressalvadas as hipóteses de limitação de mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, circunstâncias estas que devem ser justificadas no processo de licitação.** Por isso, entendemos que as justificativas apresentadas pelos responsáveis não devam ser acolhidas por este Tribunal, com consequente aplicação de multa aos responsáveis. (In: FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 292) Acórdão nº 1.523/10, 1ª Câmara (Convite, propostas válidas)

(...)

**17. Nesse mesmo sentido da jurisprudência do TCU, colhe-se o seguinte entendimento doutrinário:**

(...)

A hipótese de limitação de mercado não pode ser invocada simplesmente porque no Município, por exemplo, existem um ou dois potenciais licitantes, quando na região ou mesmo no Estado houver outros prováveis interessados. **A limitação ocorre apenas quando, por suas características, o objeto da licitação deve ser prestado por fornecedor local**, como, por exemplo, o fornecimento de combustíveis através de abastecimento em postos e, pela condição geográfica do Município, os postos localizados em outra região forem distantes da sede da municipalidade, tornando o eventual menor preço economicamente inviável pela distância a ser percorrida para o abastecimento. Por outro lado, **o manifesto desinteresse tem outra conotação, pois, apesar da existência de outros potenciais licitantes, estes, mesmo que convidados, não se interessam em apresentar proposta.** (DE TOLOSA FILHO, Benedicto. Licitações, contratos e convênios: incluindo a modalidade de pregão, o registro de preços e a contratação de publicidade. Curitiba: Juruá, 2018, p. 171/172) – grifou-se





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**18.** Prosseguindo com a análise do certame, na Ata da Sessão de 07/05/21 ([0688968](#)) a CPL registrou a presença da única empresa participante - LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, e na sequência realizou seu credenciamento e convidou o representante da empresa presente para a entrega dos envelopes com os documentos de habilitação e com a proposta de preços, suspendendo a sessão para a análise da documentação ([0688968](#)).

**19.** Destaca-se a atuação da unidade solicitante e demandante da contratação (SEMAP) e da Seção de Contabilidade Analítica (SECA), as quais responderam aos questionamentos de ordem técnica levados pela CPL em relação aos documentos de credenciamento e habilitação da empresa licitante **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI** ([0689178](#) e [0689196](#)).

**20.** Ao final, a CPL acolheu as manifestações técnicas da Seção de Manutenção Predial (SEMAP) e da Seção de Contabilidade Analítica (SECA) e considerando as demais comprovações apresentadas, declarou a licitante LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI habilitada, e na sequência, com a aceitação da proposta, declarou a empresa vencedora (Ata da Sessão 2 – [0689399](#)).

**21.** Observa-se que todos os prazos recursais foram sucumbidos pela **desistência expressa** da empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI** aos atos da CPL relativos ao credenciamento, habilitação e julgamento da proposta ([0689392](#) e [0689397](#)), hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado à vencedora.

**22.** Considerando que a Administração dirigiu Convites a um número superior ao mínimo exigido em lei, isto é, convidou mais de três empresas do ramo, conduta essa que coaduna com o princípio da ampla competitividade, cuja situação foi devidamente observada e comprovada no certame com a entrega da carta-convite para 06 empresas do ramo; considerando que o mesmo objeto já foi licitado na modalidade concorrência realizada por este Tribunal em 10/03/2021 e resultou deserta a licitação ([0002397-43.2018.6.22.8000](#)), e ainda, somados aos fatos justificados pela CPL para o prosseguimento do certame em seu Relatório 13 (0689543), esta assessoria jurídica entende presente as situações de limitação de mercado, devidamente excepcionada no **§7º do artigo 22 da Lei 8666/93**, e possível a adjudicação do objeto a empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, nos termos do **art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93**.

**23.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, e restaram





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados nas Atas das Sessões Públicas ([0688968](#) e [0689399](#)) e no Relatório da CPL ([0689543](#)).

### **III – CONCLUSÃO**

**24.** Após a análise dos autos, esta Assessoria Jurídica conclui que o processo licitatório se encontra respaldado na Lei nº 8.666/93, estando os atos até então praticados dentro da legalidade, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade ou obstar o prosseguimento do feito.

**25.** O resultado da licitação foi publicado na data de hoje no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral, conforme comprovantes juntados aos autos no evento [0689747](#).

**26. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela possibilidade de **homologação do certame e adjudicação do objeto a empresa LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI**, nos termos do art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 11/05/2021, às 17:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0690200** e o código CRC **9ACD74B7**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0003199-70.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada e qualificada tecnicamente para execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral. Homologação.

**DESPACHO Nº 575 / 2021 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Seção de Manutenção Predial - SEMAP, com o objetivo de contratar empresa especializada em execução de obra de escoramento e reforço estrutural na face norte do edifício sede deste Tribunal ([0609523](#)).

O processo licitatório ocorreu na modalidade Convite, por se tratar de obras e serviços de engenharia com valor orçado em R\$ 325.200,11 (trezentos e vinte e cinco mil, duzentos reais e onze centavos), conforme se verifica no Item 3 do Projeto Básico no evento [0683515](#).

Houve apenas um pedido de esclarecimento, o qual foi devidamente respondido e divulgado ([0687791](#)), não havendo impugnações. Operou-se o credenciamento e habilitação do representante da única participante do certame ([0688951](#)). Não havendo recursos ao resultado da licitação, habilitação e julgamento das propostas, a única licitante foi declarada vencedora.

O Presidente da CPL instruiu os autos com a juntada da Ata da 1ª sessão - Credenciamento e Abertura dos envelopes de Habilitação ([0688968](#)), Ata da 2ª sessão - Habilitação e Abertura e Julgamento de Proposta ([0689399](#)), Relatório da CPL contendo os principais registros do certame ([0689543](#)) e a comprovação da publicação do resultado da licitação ([0689747](#)).

Instada, a AJDG conclui que o processo licitatório se encontra respaldado na Lei nº 8.666/93, estando os atos praticados dentro da legalidade, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade ou obstar o prosseguimento do feito. Desta feita, opinou pela possibilidade de homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa ([0690200](#)).

A SAOFC se manifestou no mesmo sentido ([0690290](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Visando imprimir celeridade ao feito, utilizo a prerrogativa conferida pelo art. 50, §1º, da Lei 9.784/1999 (Lei do Processo Administrativo Federal), para acolher integralmente o relatório contido no Parecer da Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral – PARECER JURÍDICO Nº 45 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0690200](#)), que passa a integrar este despacho, que em síntese, opinou pela **homologação do certame e adjudicação do objeto** à empresa - **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ n. 03.587.444 /0001-63**, nos termos do art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93.

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei nº 8.666/93, apresentando-se regular todo o certame na modalidade Convite.

Em que pese a presença do mínimo legal de empresas no certame, verificou-se que o mesmo objeto já foi licitado na modalidade concorrência e resultou deserta a licitação. Sendo assim, no curso destes autos o convite foi realizado a um número maior que o mínimo legal e a publicação se deu de forma muito mais abrangente, em nível nacional.

Considerando o atual contexto de pandemia, não restam dúvida que as limitações do mercado, o contexto de pandemia e o manifesto desinteresse dos convidados estão sobejamente comprovados, resta-se aplicável a ressalva prevista no art. 22, § 7º, da Lei nº 8.666/93.

Observa-se que, de forma geral, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, e restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados nas Atas das Sessões Públicas ([0688968](#) e [0689399](#)) e no Relatório da CPL ([0689543](#)).

Nesses termos, adoto os fundamentos apresentados no Parecer Jurídico ([0690200](#)), e atendendo o disposto na Lei nº 8.666/93, acolhendo a decisão da Comissão Permanente de Licitação ([0216427](#)), **HOMOLOGO** o presente procedimento Licitatório na modalidade Carta Convite nº 001/2021 e **ADJUDICO** o objeto do certame à empresa **LIDER CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ n. 03.587.444 /0001-63**, no valor total de R\$ 307.251,52 (trezentos e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 12/05/2021, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.